

Março 2005

Extractos da
imprensa Angolana
sobre questões sociais
e de desenvolvimento

CEDOC Dw

Centro de Documentação e Informação
Development Workshop
Luanda - Angola

O Extracto de notícias é um serviço do Centro de Documentação da DW (CEDOC) situado nas instalações da DW em Luanda. O Centro foi criado em Agosto de 2003 com o objectivo de facilitar a recolha, armazenamento, acesso e disseminação de informação sobre desenvolvimento socio-económico do País.

Através da monitoria dos projectos da DW, estudos, pesquisas e outras formas de recolha de informação, o Centro armazena uma quantidade considerável de documentos entre relatórios, artigos, mapas e livros. A informação é arquivada física e eletronicamente, e está disponível para consulta para as entidades interessadas. Além da recolha e armazenamento de informação, o Centro tem a missão da disseminação de informação por vários meios. Um dos produtos principais do Centro é o Extracto de notícias. Este Jornal monitora a imprensa nacional e extrai artigos de interesse para os leitores com actividades de interesse no âmbito do desenvolvimento do País. O jornal traz artigos categorizados nos seguintes grupos principais:

1. [Redução da Pobreza e Economia](#)
2. [Mercado Informal e Microfinanças](#)
3. [Governança e Descentralização](#)
4. [Eleições e Educação Cívica](#)
5. [Educação, Juventude e Criança](#)
6. [Terra, Habitação e Urbanização](#)
7. [Serviços Básicos](#)
8. [Paz e Reconciliação](#)

As fontes monitoradas são:

- **Jornais:** Jornal de Angola, Agora, Semanário Angolense, Folha 8, Terra Angolana, Actual, A Capital, Chela Press, O Independente, Angolense, e o Semanário Africa.

- **Websites:** Angonoticias, Radio Nacional de Angola, Ibinda.

O Corpo das notícias não é alterado.

Esperamos que o jornal seja informativo e útil para o seu trabalho. No âmbito de sempre melhorar os nossos serviços agradecemos comentários e sugestões.

Grato pela atenção.

A Redação

Genérico

Redação Waldney Oliveira

Conselho de Edição e Revisão:

Allan Cain, Fabrice Beutler,
Beat Weber, Pacheco Ilinga,
Katuzolo Paulina, Gelson Gaspar,
Azancoth, Massomba Dominique

Editado por:

Development Workshop-Angola

Endereço:

Rua Rei Katyavala 113,
C.P. 3360, Luanda - Angola

Telefone:

+(244 2) 448371 / 77 / 66

Email:

cedoc.dwang@angonet.org

Com apoio de:

LUPP (Programa de Redução
a Pobreza Urbana de Luanda),
DFID e Embaixada da Noruega

INDICE

1 REDUÇÃO DA POBREZA E ECONOMIA	1
1.1 BFA vai baixar juros para 25 por cento	1
1.2 Banco Sol concede credito de USD 142.000 a camponeses	1
1.3 A minha única profissão é vender na rua.....	1
1.4 BESA aumenta proventos cria fundo de solidariedade social.....	2
1.5 Huambo e seus kupapatas	3
1.6 Fiscais enriquecem extorquindo comerciantes	4
1.7 FAO apoia projectos de micro-crédito	5
2. GOVERNAÇÃO	5
2.1 1700 brigada vão trabalhar na preparação das eleições	5
2.2 Participantes exortam partidos a respeitar regras democráticas.....	6
2.3 Estado vai financiar campanha dos partidos	6
2.4 Democracia na ordem do dia.....	7
2.5 Clima de intolerância poderá minar as próximas eleições.....	8
3. EDUCAÇÃO, JUVENTUDE E CRIANÇA	8
3.1 Milhões de crianças angolanas não têm registo	8
3.2 Em Luanda ingressar para o ensino médio custa 500 usd	9
3.3 Mais de 400 jovens concorrem a 70 vagas na Faculdade Agrária do Huambo	9
3.4 País terá mais 1.500 salas de aula.....	10
3.5 Professores de rua.....	10
4. SERVIÇOS BASICOS	11
4.1 Números revelam que só 34% da população consome água potável	11
4.2 Electricistas piratas facturam à porta da Edel.....	12
4.3 Saneamento básico depende da recuperação dos emissários.....	12
4.4 Administrador impotente	13
4.5 Governo lança campanha de limpeza à capital	14
4.6 Chafarizes beneficiam Kikolo, Hoji ya Henda e Ngola Kiluanje.....	14
5. TERRA, HABITAÇÃO E URBANISMO	15
5.1 Concessão de terrenos para construção será mais célere	15
5.2 Perigo de morte no Sambizanga.....	15
5.3 A Fronteira do asfalto	16
5.4 Bairro indígena está a afundar-se!	17
5.5 Demolições deixam 32 famílias ao relento	19
5.6 GPL anuncia fim das construções anárquicas.....	20
6. PAZ E CIDADANIA	21
6.1 MPLA aborda Agenda Nacional de consenso com “G7”	21
6.2 Parlamentar propõe presença de 30% de mulheres em órgãos de decisão	22
6.3 ONG italiana oferece emprego	22

1 REDUÇÃO DA POBREZA E ECONOMIA

1.1 BFA vai baixar juros para 25 por cento

Jornal de Angola...30-03-05

O Banco de Fomento Angola prepara-se para baixar a sua taxa de juro indexado ao kwanza, depois de o já ter feito no ano passado quando passou de 100 para 50 por cento. Até ao final do ano, o juro vai fixar-se entre os 25 e 20 por cento, para a moeda nacional.

O facto foi revelado pelo administrador do Banco de Fomento Angola, Fernando Teles, a margem da inauguração, segunda-feira, da sua 16ª agenda bancária em Luanda (35ª no país). A nova agenda localiza-se no município de Cacuaco e custou 900 mil dólares. A agenda de Cacuaco e a terceira de cerca de 30 balcoes que o BFA pretende abrir em Angola ainda este ano. Neste momento, decorrem as obras para agências na Cuca, Cazenga, Marginal, Alameda, Kinaxixi e na Baixa, em Luanda, e no Luena, Negage, Tombua, Dondo, Caala, Benguela, entre outras. O administrador acredita chegar ao fim do ano com 60 a 70 agendas espalhadas pelo país. O gestor justifica a estratégia de baixa de juros do BFA com a estabilidade que se verifica na inflação. Para ele, existe já uma tendência das pessoas em preferir o kwanza em detrimento do dólar. “Não há razões para que os juros em moeda nacional fiquem tão altos. Nós vamos acompanhar a desaceleração da inflação”.

O banco prepara-se assim para acelerar ainda mais o crescimento que vem registando no país. So de 2003 a 2004, o BFA aumentou 45 mil clientes, passando de 130 mil e 167 clientes para 175 mil e 970 clientes, em Dezembro passado.

O crédito a habitação já ultrapassa os 70 milhões de dólares e o banco já se prepara para estender os prazos de reembolso, que actualmente é de 20 anos (25 para os trabalhadores). Este ano, o BFA vai pagar em impostos sobre lucros 18 milhões de dólares, o equivalente a 35 por cento do lucro. Com cerca de 700 trabalhadores, apenas sete expatriados, o BFA virou-se também na concessão de créditos as camadas mais desfavorecidas. Hoje não só existe crédito de 10 ou 20 milhões de dólares, mas também pequenos créditos de 100 ou 50 mil kwanzas. De acordo com o administrador, o procedimento é fácil, bastando que a pessoa tenha uma conta no banco. O proponente faz o pedido e desde

que tenha condições para pagar, lhe é concedido o crédito. O banco cresce hoje entre 15 e 20 milhões de dólares em créditos por mês, de acordo com o administrador. A ideia é chegar também às pequenas empresas e às pequenas localidades, aí onde o desenvolvimento ainda não se faz sentir.

Mas o bom desempenho pode também ser avaliado com base no rácio de crédito vencido, que em Dezembro de 2003 era de 1.15 por cento. Em finais de 2004, o crédito mal parado havia baixado para 0.90 por cento, um valor muito abaixo da média do mercado que ronda entre os 8 e 12 por cento.

1.2 Banco Sol concede crédito de USD 142.000 a camponeses

Jornal de Angola...07-03-05

A Organização Não Governamental holandesa CLUSA facilitou, ao longo do ano transacto, a cedência de cinco créditos bancários, através do Banco Sol, no valor de USD 142 mil 468 para aquisição de sementes de batata em 249 camponeses residentes no município da Humpata, 22 quilómetros do Lubango, capital da província da Huila.

O facto foi tornado público pelo representante daquela ONG, Graciano Branco Vicente, que fez saber que o crédito disponibilizado será reembolsado logo após a venda dos produtos. Assim, em 2004, a CLUSA, através de créditos, distribuiu aos camponeses da comuna de Palanca (Humpata) 86 mil toneladas de sementes e 21 toneladas de fertilizantes, o que permitiu o cultivo de uma área de 43 mil e 25 hectares de terra. Graciano Vicente explicou que além de intervir neste processo, a ONG procede à criação de centro de negócios comunitário colectivo, no sentido de se criarem cooperativas independentes. Para o ano em curso, a CLUSA pretende continuar com o projecto de facilitação do acesso ao crédito para produção de batata-reina e trabalhar na vertente de multiplicação de sementes melhoradas, na perspectiva de reduzir as importações e, consequentemente a pobreza.

1.3 A minha única profissão é vender na rua

Angolense...12-03-05

Chamo-me Esperança Kíluange Alfredo, tenho 29 anos de idade, nasci no Quela, província de Malange. Quando ainda era muito pequena a minha família decidiu deixar a nossa zona de origem e vir à Luanda tentar uma vida melhor.

Foi uma viagem difícil, mas conseguimos chegar a Luanda, era a realização de um grande sonho. Na altura, alugamos uma casa na Calemba, junto a Tourada, onde passamos a viver, éramos sete pessoas. Aos 17 anos conheci um jovem também de Malange, namoramos e acabei por ficar grávida, sem que tivesse feito algum plano. Tive uma linda menina, a Eugénia, como naquela altura éramos muitos jovens e ele já estava na vida militar, ficamos em casa dos familiares dele onde acabou por nascer a nossa segunda filha. Com duas filhas, e a depender de um salário mensal do marido que não era grande coisa, decidi que tinha que começar a fazer algo para contribuir nas despesas da casa. Não tinha grande formação, falei com uma tia do meu marido que me levou ao Roque Santeiro e me mostrou a baixa. Comecei a comprar legumes e hortaliça no mercado, que revendia na rua, entre Roque e o Kínaxixi. Faço isso desde 1994. Com salário de militar do meu marido e com o dinheiro que ganhava vendendo na rua, decidimos construir a nossa casa no bairro Cazenga, onde moramos até hoje. Agora temos cinco filhos, mas tive a infelicidade de ter perdido a minha segunda filha quando tinha oito anos. A criança ficou doente e não tivemos recursos suficientes para fazer um bom tratamento. Apesar das dificuldades, conseguimos sustentar os nossos filhos e ajudar na sua educação(...)

Tenho que vender porque preciso ajudar no sustento dos meus filhos, mas é um grande sacrifício porque tenho que estar sempre atenta aos fiscais e polícias, que várias vezes levam o negócio todo, batem-nos ou até insultam-nos.

Mas estou satisfeita, porque embora continue pobre, consegui manter a minha família unida e estou a criar os meus filhos para que amanhã sejam pessoas respeitáveis na sociedade. A riqueza das pessoas não está apenas nos bens materiais que têm, mas no coração, na coragem e na capacidade de nunca deixar de acreditar nos sonhos que têm.

1.4 BESA aumenta proventos cria fundo de solidariedade social

Angolense...05-03-05

O Banco Espírito Santo Angola acaba de anunciar a criação de um fundo de solidariedade social, “um instrumento financeiro, que será suportado por doações do BESA e de outras entidades: empresas nacionais e multinacionais, Organizações Não-governamentais, organizações do sector social público e privado”.

Para ponta pé de saída, o BESA terá escolhido o Beiral de Idosos, na Terra Nova. Segundo de prevê no

projecto, beneficiarão todas e quaisquer organizações que se candidatem e venham a ser seleccionadas. Ainda assim, salientam, a criação do fundo só se justifica porque a situação do banco é satisfatória. “Passados os primeiros três anos – considerados decisivos para a implantação da estratégia do banco no mercado angolano – é possível hoje afirmar-se que os seus principais objectivos, assumidos à data do início da sua actividade, foram alcançados. Porque o fundo viverá da sua disponibilidade e capacidade financeira, mediante as contribuições dos seus membros, em cada ano, o BESA seleccionará as instituições de solidariedade que beneficiarão das referidas doações através de uma comissão composta por um grupo de individualidades de reconhecida idoneidade da sociedade angolana.

Convista dar-se o cunho de maior transparência e lisura nas doações ao fundo o BESA compromete-se em contratar anualmente uma auditoria o que permitirá que “cada entidade doadora saiba exactamente como e onde foram aplicadas as suas doações, conferindo seriedade e credibilidade ao projecto junto da comunidade e das entidades doadoras”, lê-se no press realise posto a circular por aquela entidade.

No referido documento posto a circular recentemente pela imprensa o BESA adianta que o seu balanço financeiro e económico foi positivo, o que se evidência pelas varias taxas que enunciou, ou seja:

“Os indicadores de gestão do banco em 2004, mostram uma boa performance face a 2003. Efectivamente, em 2004, o BESA obteve um rácio de cost-to-income de 36 por cento, com mercados e 49 por cento sem mercados. Os activos financeiros do banco, lê-se nos dados em referência, cresceram 15 por cento face a 2003. Em relação a rentabilidade, o retorno dos capitais situou-se nos 98 por cento e a rentabilidade dos activos foi de 8 por cento”, e o futuro não poderia ser bem mais reconfortante: “estimase que os resultados líquidos do banco cresçam mais de 300 por cento em relação a 2004”.

Este banco, ao que nos consta, acaba de comemorar três anos desde a abertura dos seus balcões em Luanda e tem procurar disputar todos os nichos do mercado com outros bancos estrangeiros igualmente instalados no mercado.

Apesar deste crescimento salutar do espaço do banco no mercado, em relação a concorrência, alguns factores têm constrangido um maior crescimento do mercado. Entre estes, segundo apontam, destaca-se a fraca margem de negócio disponível para o sector bancário, a fraca cobertura geográfica, sobretudo em relação aos

grandes centros urbanos, assim como o reduzido tempo em que este banco opera no mercado.

O mercado dos bancos hoje é relativamente maior e permite uma maior possibilidade de opções para quem pretender servir-se de um deles. Como sabemos, no mercado, para além obviamente do BESA, existem outros bancos comerciais como o banco de Comércio e Indústria, o Banco de Poupança e Crédito, o Banco africano de Investimentos, o Banco Sol, o Banco Comercial Angolano, o Banco Tota e Açores, entre outros. Qualquer um deles com vários serviços e vários produtos acessíveis para vários grupos sócio-profissionais, embora as taxas de juro não sejam das mais cativantes. Para além destes, existem igualmente alguns fundos.

1.5 Huambo e seus kupapatas

Semanário Angolense...12-03-05

O que dá vida ao Huambo são as suas moto-táxis, vulgo kupapatas, que rasgam de lés-a-Iés as artérias da cidade, transportando passageiros e cargas leves, sobre crateras que o tempo da guerra cavou e ninguém tapa.

Estive lá uma semana a gozar o clima ameno e a paz de espírito que não temos em Luanda e, na minha ânsia de tudo observar minuciosamente, descobri uma «Floretti» que não fazia serviço de kupapata, uma motorizada muito famosa no tempo colonial, ainda a circular pela mão dum kota. O seu dono mantinha-a viva e a circular com peças adaptadas de outras motorizadas. Então pensei, porque é que o Ministério dos Transportes não convoca todos estes especialistas nacionais de manutenção de veículos que conseguiram conservar em operação máquinas já usadas há mais de 30 anos, para lhes aplaudir, que bem merecem, e deles dar de beber às novas gerações o exemplo?

Recordo-me que no tempo da outra senhora havia um trio famoso de motorizadas: a Floreti, a Zundap e uma outra mais pequena, motor de um cavalo, para os de renda mais reduzida, e cujo nome, se não estou em erro, era Nsu, espécimens extintos pelo progresso tecnológico. Por isso, as motas que circulam hoje no Huambo são na maioria chinesas, copiadas do protótipo japonês da Yamaha, agora com fábrica de montagem recuperada dos escombros do longo conflito que ainda nos dói na carne e no espírito. De resto, o Huambo ainda tem uma longa maratona de reconstrução a percorrer, a começar pelas vias de comunicação. Visitei pela primeira vez o município da Ekunha, com uma chuva imparável, que fazia lembrar a infância do mundo. Antes da Kaála vi o mercado de carne viva onde se mostravam e vendiam algumas

cabeças de gado bovino e caprino. O nome do Huambo sempre esteve associado à imagem de dois produtos básicos, desde tempos remotos: o boi e o milho.

Essencialmente agrícola, o Huambo poderá criar riqueza com a reprodução e a exportação desses e outros produtos. Mas o seu escoamento depende da recuperação das estradas e do caminho de ferro. Quase metade da frota de transportes ditos públicos (?) - autocarros brancos de uma empresa privada - está no estaleiro, devido ao mau estado das estradas. A linha férrea está a ser desminada e reconstruída, e o comboio apenas apita até ao município da Kalenga. São tantas as minas na província do Huambo, mas tantas, que me dei ao luxo de observar a alguns metros de distância duas delas, enormes, com as espoletas salientes no troço da estrada que dá para a Tchikala Tchiloanga, mais propriamente em Boas Águas. O que mais me impressionou durante a viagem foi constatar a sede de mudança de vida do nosso povo rural, num cenário de profunda destruição e num ambiente ainda altamente perigoso para a vida humana. Em Boas Águas, João Jamba, o compatriota que me mostrou as duas minas à distância, vive com o seu povo numa aldeia que é praticamente um campo minado. Cultivam, dormem, comem, brincam, cientes de que ali a um metro da picada onde passam todos os dias para ir à lavra há várias minas mortais.

João Jamba levantou uma pequena cabana de um metro de altura onde há sempre um pedaço de tronco a arder. É a casa do guarda do javali. Ao lado, há uma jante velha pendurada num arbusto, que ele toca quando de madrugada os javalis lhe invadem as nacas de milho. Ao lado, há um buraco, mais precisamente uma toca com 45 cm de profundidade. Não é marca de explosão de mina. Ali dormia, partilhando o sono do guarda do javali, um animal comedor de salalé. Morreu ao accionar uma mina, e ele que não tem a sabedoria dos humanos.

De volta à cidade, fui observando que a capital do Planalto está pouco mudada, mas está diferente. Há uma pastelaria que já oferece ao cliente um serviço de qualidade excelente, com bolos frescos e empregados de balcão uniformizados. Por 50 kwanzas, apanhei um kupapata para me levar ao «cyber café», ler os meus «emails». Há já três sítios onde se pode navegar na Internet. E alguns restaurantes e hotéis que marcam o princípio de uma sã concorrência do Capital angolano.

O trânsito, sinal de progresso de uma urbe, aumentou desde há dois anos, mas não é nada que se compare, não digo a Luanda, com a qual não existe termo de

comparação, mas com, o Lubango ou Benguela, por exemplo. No Huambo, como disse, são os kupapatas que dominam o tráfego rodoviário. E, tal como os candongueiros de Luanda, são os que mais acidentes provocam. Mota contra mota. Sinais semaforicos só vi três, um no cruzamento central da cidade alta, outro um pouco mais abaixo, junto à estufa, e mais um lá mais para o fundo, desgarrado de toda a lógica semaforica, mas a cumprir o seu papel de regulador do trânsito. Os estrangeiros que chegaram à cidade do Huambo e que são mais visíveis são portugueses, cubanos, brasileiros e vietnamitas ou coreanos (não pude distinguir). Estrangeiros africanos deve haver, mas não se destacam na paisagem humana. Para minha surpresa, deparei, no centro de saúde da Mineira, com um médico egípcio. No Huambo só não mudou, desde a antiguidade colonial, o cheiro activo e penetrante dos cedros e eucaliptos e o céu sempre húmido da chuva que é o seu céu e que obriga todo o mundo a andar encasacado. O Huambo também não mudou desde a era de Ekuikui, no modo do seu dizer criança (ó mona) com aquele sotaque analasado e na língua nacional Umbundu, coisa que em Luanda rareia no que toca ao Kimbundu.

Enquanto jantava, três militares na mesa ao lado punham a conversa em dia. Um deles, depois de ter recordado como conseguiu escapar, em 1993, a uma morte certa no Lubango, concluiu peremptoriamente: a guerra não pode mais voltar no nosso país. Foi essa decisão, dita ali na boca de um tropa, que eu encontrei em todo o Huambo, expressa nas casas novas de adobe e capim dos regressados, no olhar das crianças que brincavam, na determinação de vencer na vida dos donos dos kupapatas e naquela chuva intermitente que me deixou uma saudade tão grande de voltar ali ao Huambo e fixar residência até ao resto dos meus dias aqui na Terra.

1.6 Fiscais enriquecem extorquindo comerciantes

Capital...19-03-05

Elementos que se dizem fiscais fazem das casas comerciais não licenciadas sua mina de ouro, extorquindo dinheiro que, em situação normal, entraria para os cofres do Estado em forma de multas. Os homens de negócio, sobretudo os que infringem as regras comerciais, limitam-se a ceder para evitar responsabilidades mais pesadas.

Cantinas e armazéns geridos por estrangeiros, bem como negócios de agentes económicos nacionais constituem o principal alvo de elementos que se dizem agentes da fiscalização e da polícia económica que,

volta e meia, se apresentam para extorquir dinheiro alegando multa por alguma irregularidade. Quem o comprova é o comerciante Ebraim Nerú, proprietário de uma cantina sita no bairro Hoji-Ya-Henda, onde comercializa bens de primeira necessidade. No seu português arranhado Ebraim acha-se vítima de perseguição de agentes da fiscalização. «Estão quase todas as semanas aqui», justifica o comerciante que lamenta o pagamento de multas por razões que considera desnecessárias. A título de exemplo, o proprietário lembra que na semana finda quando agentes da fiscalização decidiram visitar a sua loja, a razão para ser multada, foi o facto de «terem encontrado uma laranja meio deteriorada», o que obrigou ao pagamento de, nada mais nada menos, que trezentos dólares.

Grave foi não ter recebido nenhum papel que comprovasse o pagamento da multa pela laranja deteriorada. «Quando tentei reclamar fui ameaçado», contou. O mesmo acredita que os elementos que o notificaram sejam falsos agentes, por não ser normal a presença regular de fiscais. «Em menos de uma semana aparecem mais de duas vezes» disse. A suspeita de que tais elemento se fazem passar por fiscais acentua-se a partir do momento em que lhe é solicitado algo que os identifica como tal. «Ficam logo exaltados». Ebraim não é o único que tenha sido importunado por estes agentes. Como ele, foi também o proprietário do botequim «Beira Cuca», O.L sigla com que se identificou o jovem que tem o estabelecimento no bairro Hoji-Ya-Henda. Na seqüência da prática dos referidos fiscais, os seus rendimentos têm baixado dia após dia, uma vez que gasta boa parte do resultado da facturação em supostas multas. Apesar das reclamações que levanta contra a actuação dos fiscais e agentes da polícia económica, O.L. Reconhece, ainda assim, que o seu estabelecimento tem, algumas vezes, infringido as normais comerciais. «Pago sempre as minhas multas no banco, porque é lá onde deve ser feito os pagamentos», afirmou. De tanto ser extorquido por este agente O.L já não tem dificuldade para identificar o falso, do verdadeiro agente da fiscalização ou da polícia económica. Normalmente, os falsos agentes se revelem como famintos. «Quando chegam começam a consumir e só quando lhes é cobrada a conta se identificam como agentes da fiscalização ou da Polícia Económico», explicou. Nos casos em que os fiscais começam por consumir, refere, «nunca pago a multa no momento», exigindo fazê-lo a posterior junto do banco indicado. É, para ele, a forma que encontra para evitar prejuízos pelo consumo efectuado e permitir que o dinheiro decorrente das multas se converta em receitas para o Estado(...)

Irregularidades como ausência de higiene, não legalização do estabelecimento, falta do cartão de sanidade, entre outros factores, são as principais causas que concorrem para a aplicação das multas. Outra vítima da extorsão dos nossos agentes é o senegalês Luís Garcia, que exerce actividade comercial num dos armazéns que se acha no bairro do Hoji- Ya-Henda. Ele começou por dizer que os fiscais «adoram estes arredores», por razões que têm a haver com a existência de uma infinidade de armazéns detidos por estrangeiros. Garcia reconhece que, na realidade, alguns agentes económicos trabalham sem respeitar o que a legislação comercial estabelece. Sublinha, porém, que «nem todos trabalham da mesma forma». Luís Garcia havia sido, por coincidência, visitado por elementos afectos a fiscalização no dia em que a equipa de reportagem do A Capital esteve no local. Neste mesmo dia, o comerciante não foi multado mas viu-se obrigado a pagar duzentos e cinquenta dólares a cada um, por terem sido constatadas algumas irregularidade no seu estabelecimento, algo que ele próprio reconheceu. «Reconheço que o meu estabelecimento tem algumas irregularidades», admitiu, ao mesmo tempo que não duvida da autenticidade dos fiscais que, na ocasião, apresentaram-se com um mandado.

1.7 FAO apoia projectos de micro-crédito

Jornal de Angola...22-03-05

A organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO) disponibilizou, para este ano cem mil dólares para a financiamento de micro-projectos de fomento da produção agrícola, no âmbito da Campanha Tele-Alimento

Falando ontem, em Luanda, a secretária-adjunta da Tele-Alimento, Waldemar Simões, referiu que, para o corrente ano e no quadro do dinheiro disponibilizado pela FAO, foram elaboradas cerca de 11 micro-projectos. Segundo o interlocutor, os micro-programas estão avaliados, cada, em cerca de 10 mil dólares e serão submetidas à sede da FAO, situada em Roma, para a sua avaliação e respectiva aprovação.

De acordo com Waldemar Simões, constam dos micro-projectos de fomento da produção, programas pesca artesanal, pecuária, incremento da produção de cereais, multiplicação de sementes, estacas de mandioca, criação de animais de pequeno porte, entre outros.

A fonte salientou que a campanha Tele-Alimento 2005, a decorrer sob o lema “A agricultura e o diálogo multicultural”, contará com a participação de empresários, instituições públicas, privadas e da sociedade civil.

Adiantando ser a mudança de consciência das pessoas, em relação a jornada, a principal razão para o aumento da solidariedade para com o Tele-Alimento, o projecto (campanha-alimentar), iniciado em 1999, já beneficiou mais de três mil famílias no país. Entre as ajudas dadas à população pelas iniciativas deste órgão destacam-se meios de trabalho como enxadas e catanas e bens alimentares. Em Angola, o programa é promovido pelo Ministério da Agricultura e do Desenvolvimento Rural (MINADER).

O Tele-Alimento, faz uma campanha anual a favor dos mais necessitados, teve como lema o ano transacto “A biodiversidade ao serviço da segurança alimentar” .

2. GOVERNAÇÃO

2.1 1700 brigada vão trabalhar na preparação das eleições

Jornal de Angola...02-03-05

O coordenador da Comissão Interministerial para as Eleições, Virgílio de Fontes Pereira, ministro da Administração do território, revelou ontem, em Luanda que para as próximas eleições gerais, previstas para 2006, prevê-se a criação de 1700 brigadas móveis e fixas, integrando sete elementos cada uma, contra as 1400 do pleito realizado de 1992.

Virgílio de Fontes Pereira anunciou ainda ontem o início em todo país, ainda este mês, do recrutamento e treinamento de agentes que vão trabalhar na educação cívica das comunidades. O ministro Fontes Pereira, que falava no encontro de apresentação dos membros da Comissão Provincial de Luanda de Preparação das Eleições (CAPREL), recentemente criada, indicou que esta fase inicial compreenderá ainda a formação do pessoal, que vai promover e orientar as campanhas, além de programar tarefas inerentes aos aspectos técnico-logísticos. Ele apontou a participação da massa estudantil e não ocupada neste processo como fundamental, particularmente na mobilização das comunidades para sua participação. “O grande adversário dos partidos políticos não será o desafio entre si, mas a capacidade de mobilização dos militantes e simpatizantes para o exercício do voto, evitando-se um número considerável de abstenções, a exemplo das últimas eleições gerais em Moçambique”, alertou o governante. Virgílio de Fontes Pereira indicou que se pretende a realização de um processo eleitoral massivo e transparente, através do qual Angola possa dar uma grande lição de democracia, tendo considerado a província de Luanda “potencialmente votante” e “um grande pólo de atracção do processo eleitoral”, por

albergar cerca de um terço da população. Só o município da Samba, segundo o seu administrador, Costa Gabriel, terá 250 mil potenciais eleitores. (...)

A comitiva integrou o ministro dos Correios e Telecomunicações” Licínio Tavares, bem como os vice-ministros das Obras Públicas e do Interior, José Ferreira e Veigas Tavares, respectivamente.

2.2 Participantes exortam partidos a respeitar regras democráticas

Jornal de Angola... 07-03-05

O Congresso Pro Pace apelou ontem aos partidos políticos a terem consciência da alternância do poder em democracia, aceitando os resultados eleitorais sem contestações infundadas.

Esta mensagem consta das dez conclusões saídas do conclave, que durante seis dias juntou no auditório da Universidade Católica de Angola intelectuais, políticos e representantes da sociedade civil, e reflectiu sobre os desafios políticos do país em tempo de paz. A abertura do evento ocorreu na última quarta-feira, sob a presidência do Cardeal Dom Alexandre do Nascimento. Durante o congresso foram abordados temas relacionados com a democracia e as suas diferentes manifestações na vida do país. Democracia e sua História, “Eleições e Democracia”, “Alternância do Poder e Democracia”, “Oposição e a Democracia”, Liberdade de Imprensa e Democracia”, “Cidadania e Democracia”, bem como “Unidade na Pluralidade”, foram os temas discutidos pelos participantes. Cânticos e louvores predominaram na cerimónia de encerramento do Congresso, uma iniciativa do Movimento Pro Pace, da Conferência Episcopal de Angola e São Tomé (CAST). Estiveram presentes no acto pessoas de várias confissões religiosas, políticos e outras pessoas que se identificam com o movimento. Ao proceder ao encerramento do Congresso, o cardeal Renato Raffaele Martino, presidente do Conselho Pontifício Justiça e Paz da Igreja Católica, transmitiu aos presentes mensagens de paz e reconciliação, tendo encorajado o povo a prosseguir os esforços de construção da democracia.

Como primeira conclusão do Congresso, foi referido o reconhecimento de que já se verifica no país alguma estabilidade política. O segundo ponto das conclusões apela a um maior empenho na defesa dos direitos humanos, sobretudo o direito a uma boa saúde e os direitos dos velhos, mulheres e crianças.

No entendimento dos participantes ao congresso, para que as eleições sejam livres e justas é necessário que as

populações sejam também esclarecidas. Assim, recomendam que seja assegurado às populações, mesmo as que vivem nos pontos mais recônditos do país, o acesso aos programas de todos os partidos políticos, por forma a que o voto dos eleitores possa ser exercido em consciência. Ainda para assegurar o carácter “livre e justo” das eleições, as conclusões do conclave exortam a que os eleitores não sejam sujeitos a qualquer tipo de pressão. “Que sejam criados mecanismos eficazes para evitar eventuais fraudes, e se estas acontecerem sejam resolvidas”, lê-se no ponto três das conclusões. O documento indica ainda que “os partidos políticos têm de saber ganhar com modéstia e perder sem frustração”, lê-se no documento, que refere que, em eleições democráticas, “ninguém perde absolutamente e se reconhece para a oposição um lugar importante em qualquer regime democrático”.

Do tema animado durante o congresso pelo jornalista Ismael Mateus.(Liberdade de Imprensa e democracia) os participantes retiraram, em jeito de conclusão, a ideia de que a liberdade de imprensa se traduz, não só no direito de manifestar por meios públicos sobre assuntos públicos da vida do país, como no direito de ser informado sobre as opiniões veiculadas a propósito das questões públicas. O II Congresso Pró Pace considera urgente a criação de condições favoráveis nas vias de acesso para que nenhum cidadão fique impedido de votar. Tal entendimento foi enquadrado no item relativo à “Cidadania e democracia”, nos termos da qual se defende que todos os cidadãos têm o direito e o dever de exercer a sua cidadania, participando, cada qual do seu modo, na vida pública, na escolha dos governantes através do voto uma das principais formas de exercer a cidadania. Nas conclusões, do evento, foi ainda feito apelo aos profissionais de imprensa e a outras pessoas que lidam com a comunicação, para que sejam mensageiros da unidade na pluralidade.

O Congresso Pro Pace recomenda uma maior divulgação da doutrina social da Igreja e pede “a quem de direito” que sejam criadas condições para a sua realização (do Pro Pace) nas diferentes ‘províncias.

2.3 Estado vai financiar campanha dos partidos

Jornal de Angola...25-03-05

O Estado vai financiar a campanha eleitoral de todos os partidos políticos inscritos no Tribunal Supremo, incluindo aqueles que não possuem assento na Assembleia Nacional.

Esta posição foi adoptada ontem, por consenso, pelos deputados das distintas bancadas da Assembleia

Nacional, na continuidade das discussões, na especialidade, do projecto de lei eleitoral. Apesar de se desconhecer ainda o montante a que cada partido terá direito, bem como a data para o início da aplicação da medida, é facto assente que o Estado vai determinar uma verba orçamentada de apoio à campanha dos candidatos às eleições, que será distribuída de forma equitativa a todos os concorrentes. Os critérios de distribuição dos fundos do financiamento público às eleições presidenciais e legislativas serão definidos pelo Conselho Nacional Eleitoral, tendo em conta o princípio da igualdade. Quarta-feira, um grupo de cerca de 107 formações políticas sem representação parlamentar manifestou-se contra a proposta da nova Lei de Financiamento dos Partidos Políticos, que retirava o financiamento do Estado aos partidos que não estão representados no Parlamento. Actualmente, o Estado angolano financia com 140 mil dólares por ano cada um dos partidos devidamente legalizados, situação que muitos analistas políticos angolanos afirmam explicar o elevado número de partidos que existe no país. Em Angola existem actualmente mais de 140 partidos políticos legalizados, mas a esmagadora maioria não possui qualquer actividade pública conhecida. Na reunião de quarta-feira, os partidos sem assento parlamentar apelaram a que as forças políticas representadas na Assembleia Nacional “repensem a proposta” aprovada na comissão parlamentar. Outro ponto não menos polémico nas discussões de ontem do projecto de lei eleitoral, é o que tem a ver com a constituição das assembleias de voto. Os deputados da bancada do MPLA defendem que cada Assembleia de Voto seja constituída por aproximadamente mil eleitores, enquanto que a oposição quer que cada assembleia tenha não mais do que trezentos eleitores. O tema os “direitos e deveres dos delegados de listas” encerrou a sessão de trabalhos de ontem. Os parlamentares voltam a reunir-se em torno da discussão do projecto de lei eleitoral apenas na próxima terça-feira à tarde, entrando directamente na discussão do artigo 110º deste diploma, referente à “pessoalidade, presencialidade e à unicidade de voto”. O período da manhã estará reservado para um encontro que o presidente da Assembleia Nacional, Roberto de Almeida, deverá ter com os líderes das bancadas parlamentares. O projectos de lei sobre a observação eleitoral (diploma que tem a missão de regular as várias matérias ligadas à observação internacional do processo eleitoral) e do código de conduta eleitoral (lei que estabelece os princípios e regras disciplinares dos agentes eleitorais) deverão igualmente ser discutidas a partir da próxima semana. Os projecto de lei eleitoral começou a ser discutido há sensivelmente duas semanas, e contempla mais de duzentos artigos.

2.4 Democracia na ordem do dia

Agora.. 05-03-05

Depois de quatro dias de debate intenso, o Congresso “Construtores da Democracia” encerra hoje no auditório da Universidade Católica. Para amanhã, domingo, está reservada uma missa, a ser rezada pelo cardeal Rafael Martino, do Vaticano

Estiveram em análise, durante a conferência, temas como a democracia e o desenvolvimento (Cavaco Silva), democracia e sua história (D. Filomeno Vieira Dias), direitos humanos e democracia (Ana Maria de Oliveira), eleições e democracia (Bornito de Sousa), alternância do poder e democracia (Jaka lamba), oposição e democracia (Luís Nguimbi), liberdade de imprensa e democracia (Ismael Mateus), cidadania e democracia (Anália de Victória Pereira) e unidade da pluralidade (Vera Araújo). O ex-primeiro-ministro português, Cavaco Silva, uma das figuras centrais do encontro, defendeu na sua alocução que sem democracia não há desenvolvimento. “Uma cultura democrática não se constrói sem democratas”. Cavaco Silva realçou a necessidade da implementação de um verdadeiro sistema democrático em Angola, porque “responsabiliza os políticos pelo que fazem ou não, permite uma maior fiscalização das actividades do Estado a partir do Parlamento, favorece a transparência, elimina as injustiças fiscais e elimina os gastos ou interesses particulares”. Provável concorrente ao Palácio de Belém (Portugal) em 2006 (assunto que não quer falar fora do seu país), o antigo presidente do PSD disse que num sistema democrático não se gastam milhões de dinheiros nas Forças Armadas. O sistema democrático puro fortalece o poder judicial, que por sua vez garante a aplicação da Lei, o cumprimento de contratos, transparência nos negócios e favorece o clima de confiança entre as empresas. No entanto, a sua intervenção causou alguma decepção em diferentes círculos políticos angolanos, tanto da situação como da oposição, porque ela foi omissa em relação à democracia social, relevando apenas aspectos que têm a ver com o liberalismo económico. D. Francisco da Mata Mourisca, principal organizador do evento, esclareceu a imprensa, que a iniciativa é um contributo à paz, que todos os angolanos precisam de conservar, contribuir para um acérrimo combate à pobreza e à miséria e ajudar a preparar a sociedade” para as eleições de 2006. Sobre o tema liberdade de imprensa e democracia, apresentado por Ismael Mateus, antigo secretário-geral do Sindicato dos Jornalistas, o também bispo do Uije sugeriu que “é necessário a extensão da imprensa privada (jornais, rádios e televisão) a todo o território nacional”. O reverendo Luís Nguimbi, outro orador do Congresso, chamou atenção para o facto de não haver democracia sem oposição.

“A primeira justiça a fazer é que os eleitores tenham a possibilidade de escolher os futuros dirigentes porque foram bem informados”, acrescentou por sua vez, D. Gabriel Bilingue, vice-presidente da Conferência Episcopal de Angola e São Tomé (CEAST) e bispo da diocese do Moxico(...)

“Em tais circunstâncias, jamais deveria faltar um tribunal isento que levasse à justiça qualquer das infracções “, defende o presidente do Movimento Pro-Pace, da Igreja Católica.

2.5 Clima de intolerância poderá minar as próximas eleições

Angolense...26-03-05

Líderes de partidos da oposição, analistas políticos e membros de organizações da sociedade civil são unânimes em afirmar que a intolerância política em Angola começa a ganhar contornos alarmantes. Esta situação torna-se ainda mais preocupante, segundo referem, quando se aponta 2006 como sendo o ano mais do que provável para as próximas eleições gerais no país, que se esperam justas e transparentes, na perspectiva de se assegurar um clima pacífico entre os angolanos, bem diferente daquele que se viveu no período pós-eleitoral de 1992.

Em entrevista ao Angolense, Justino Pinto de Andrade acusou os partidos políticos angolanos de fomentarem a intolerância que, regra geral causa muitas vítimas, sobretudo no interior do país. “Os casos que se registam hoje refletem a cultura que os partidos políticos inculcaram aos seus militantes, segundo a qual, os integrantes dos partidos adversários devem ser vistos como inimigos. Em face disso, as pessoas olham-se com agressividade e praticam a violência como sendo algo normal. Praticamente todos são intolerantes, afirmou. Em relação àqueles que se destacam nesta prática contrária ao exercício político, o analista diz que varia de acordo com a região. “Do leste chegam notícias dando conta de actos de intolerância envolvendo elementos afetos ao PRS, na condição de agredidos ou de agressores, pois nesta região eles têm uma massa militante considerável”, referiu.

“Quer a UNITA quer o MPLA, não são exceção a regra. Mas, devo dizer que por parte dos partidos tidos como menos implantação a nível do país os sinais são menos visíveis”, explicou. Para a redução destes casos, Justino Pinto de Andrade aponta dois caminhos que diz serem incontornáveis. Como primeiro passo, a fonte que vimos a citar defende que os partidos devam assumir a responsabilidade dos actos dos seus

simpatizantes, ou membros, quer sejam de direcção ou não. Outra medida que apontou prende-se com a necessidade do Estado, através dos seus órgãos, assumir as suas responsabilidades, não dando cobertura as acções de intolerância e punindo os infractores.

Nesta senda, o professor aplaudiu a atitude do governador do Kuando Kubango, João Baptista Tchindady, que reconheceu ter havido excesso no incidente ocorrido, em Mavinga, envolvendo militantes da UNITA e do MPLA.”É assim que todos os políticos devem agir. Se o governador não assumisse, seria um erro”, opinou.

3. EDUCAÇÃO, JUVENTUDE E CRIANÇA

3.1 Milhões de crianças angolanas não têm registo

Jornal de Angola...02-03-05

O Unicef disse recentemente num relatório que milhares de crianças angolanas estão sem registos de nascimento, devido à exiguidade da rede de serviços e a elevada taxa de natalidade do país.

De acordo com o relatório casos do género não se registam, somente em Angola. A maior parte das crianças não registadas vivem na África ou na Ásia, e atingem cerca de 48 milhões delas. Tal situação retira a estas crianças, segundo o Unicef o acesso aos cuidados de saúde e a possibilidade de uma adopção legalizada, além de reduzir a protecção destas contra um recrutamento forçado ou o tráfico. Esta organização ajudou que em Angola, conforme um estudo realizado em 2001 pelo Instituto Nacional de Estatística, apenas 29% das crianças eram registadas à nascença. Isto significa que cerca de 70% destas crianças ficam sem registo e consequentemente sem acesso à cidadania e aos direitos a ela inerentes. O coordenador da campanha de registo de nascimento do país e secretário geral do Ministério da Justiça, Gidião Catumbela, explicou que face ao novo percurso sócio-político que Angola está a viver, após o alcance da paz, a Campanha de Registo de Menores já não se mostra como solução ideal.

O Ministério da Justiça pretende adoptar uma nova política nacional de registo de nascimento, acompanhada da necessária reforma institucional, que se enquadre no esforço global de fortalecimento de uma política do estado para a criança e o adolescente em Angola,

salientou este, dirigente. O representante desta ONG em Angola, Mário Ferrari, propôs ainda a criação, no interesse superior da criança angolana, de um quadro de políticas mais favoráveis ao registo logo após o nascimento, como a adopção de uma política nacional de registo gratuito de crianças. E tempo de fazermos desta uma das preocupação prioritárias da comunidade internacional”, rematou o Arcebispo Desmond Tutu, que é também um dos principais incentivadores desta campanha.

3.2 Em Luanda ingressar para o ensino médio custa 500 usd

Terra angolana...Março

Estudar em Luanda nos dias de hoje, é uma miragem, se não se tem dinheiro ou mesmo sorte não se entra no sistema de ensino. Pior ainda é que os institutos médios, têm para este ano lectivo apenas 7mil vagas para mais de 15 mil inscritos.

O ano lectivo que teve já o seu arranque no dia 1 de Fevereiro, deixou mais de 16 mil estudantes fora do sistema de ensino, aliás, todos os anos Luanda teve uma procura maior que a oferta. São apenas 20 institutos médios, para um universo de 3 mil candidatos.

Terra Angolana efectuou uma ronda por várias escolas, onde pode constatar que para ingressar no ensino médio paga-se muito dinheiro e ainda assim, os preços variam de escola para escola, tais são os casos do IMEL, IMEK, IMIL, Alda Lara, Simione Mucune, Instituto Médio de Gestão do Kikolo, INE – Garcia Neto, INE António Jacinto, Pascoal Luvualu e tantos outros, onde professores e directores de escolas, cobram 400 a 500 USD de cada interessado. Já nos PUNIV's os preços estão mais acessíveis, 300 USD, mas as vagas são ainda mais limitadas, sobretudo nas escolas ligadas à polícia e às forças armadas. Alfredo Manuel, de 15 anos de idade, é um jovem consternado; inscreveu-se, depois de 2 anos em vão, no instituto Alda Lara, sem ter dado urna” gasosa”, «eu não estou confiado que vou estudar, porque não dei nada, para ser admitido», disse.

Já Laura Pedro, de 13 anos, que se inscreveu para o Pascoal Luvualu, a situação é diferente. Já sabe que vai ser apurada no processo de selecção de novos alunos do instituto. Sua mãe, conhecendo os labirintos das escolas públicas pagou a um professor dessa escola, a quantia de 400USD para poder entrar, «caso não pagasse de certeza que não iria estudar este ano”, desabafou.

Não são só os menores de idade que desejam dar

prosseguimento aos seus estudos: são também pessoas com idades compreendidas entre os 30 e os 40 anos de idade, como é o caso de Joaquim Neves, que tendo servido por muito tempo as forças armadas, pretende agora dar continuidade aos seus estudos. Só, não vai ter acesso, porque não pagou o dinheiro exigido. A nossa reportagem falou com o professor M.L. do instituto médio de economia do Kilamba- Kiayi, para quem a venda das vagas, tem sido da iniciativa de certos professores, que em cada ano lectivo têm direito a uma vaga. “Quando não as ocupam preferem vendê-las, devido aos magros salários que auferem”.

E NO ENSINO DE BASE?

A política é a mesma. Estão a cobrar da pré à 8º classe, 50 USD. O técnico superior da educação, José Valente disse à nossa reportagem que, para se colmatar essas situações é necessário que o Governo construa mais escolas em todos os municípios de Luanda. Enquanto o governo não se organiza, quem sai a ganhar são os colégios privados, que absorvem cerca de 120 mil alunos, não obstante, os preços especulativos praticados.

O orçamento da educação para este ano é inferior ao da defesa civil, um grupo para militar, afecto ao MPLA, sem funcionários, mas que recebe uma fatia maior que a consignada ao ramo do saber. A quantia da educação para todo o país é de apenas 68.317.398.260.00 KZ, o que equivale a 7,14 por cento do OGE.

3.3 Mais de 400 jovens concorrem a 70 vagas na Faculdade Agrária do Huambo

Jornal de Angola...11-03-05

Quatrocentos e noventa e cinco candidatos de várias províncias do país efectuam na tarde de hoje testes de admissão nos cursos de medicina veterinária e agronomia da Faculdade de Ciências Agrárias (FCA) no Huambo.

De acordo com o responsável para a área académica da faculdade, professor-doutor Eduardo António, estão apenas disponíveis 70 Vagas para os dois Cursos. Os cursos da faculdade são ministrados por 43 professores entre Angolanos e estrangeiros Neste momento, a FCA tem 356 estudantes no primeiro e segundo anos dos cursos de medicina veterinária e agronomia, e dois do quinto ano. As aulas decorrem em dois períodos, de forma teórico-prática, estando a instituição a precisar de mais apoios para o reforço do trabalho de campo.

Por outro lado nos dias 16 de Março corrente, 1.736 estudantes, também de diferentes províncias, vão

realizar exames de admissão, aos cursos, do Instituto Superior de Ciências de Educação ISCED que para o próximo ano lectivo dispõe de 170 vagas.

3.4 País terá mais 1.500 salas de aula

Jornal de Angola...20/ 03/ 05

Projecto financiado pela Alemanha, Noruega e Holanda incluirá fornecimento de água às escolas

DEZASSETE milhões de dólares serão investidos, durante quatro anos (2005 à 2008), pelo Fundo das Nações Unidas para infância (UNICEF) na construção e reabilitação de mil e 500 salas de aula em 59 municípios do país. O projecto, denominado “Água e Saneamento Básico nas escolas”, perspectiva igualmente a montagem de cisternas de fornecimento de água potável as respectivas escolas e a superação pedagógica de 18.800 professores. Ao apresentar, na semana finda, as linhas mestras do programa às autoridades da Huíla, o chefe do Sector de Água e Saneamento do UNICEF para Angola, Dauda Wurie garantiu que a execução efectiva desta acção inicia no mês de Julho do corrente ano e vai envolver o Governo e organizações humanitárias”.

Segundo Dauda, a Huíla e o Namibe foram seleccionados para albergar a fase piloto do projecto “Água e saneamento básico nas escolas” em função da larga experiência e capacidade demonstrada aquando da implementação dos seus programas.

Assim, quatro municípios da província da Huíla nomeadamente Matala, Caconda, Lubango Caluquembe, Quilengues, que têm centenas de crianças fora do sistema de ensino devido à insuficiência de salas de aula, vão beneficiar do programa. Uma nota distribuída da imprensa local, refere que a execução plena do projecto poderá assegurar o direito à educação a mais de 1.2 milhão de crianças em idade escolar que se encontram fora do sistema de ensino. As crianças em idade escolar e não só -lê-se no documento estarão mais saudáveis e com disposição de ir a escola se se criar condições de abastecimento de água potável, saneamento básico e se se fomentar a educação higiénica nas escolas e nas residências.

O projecto é financiado pelo Comité do UNICEF da Alemanha e os Governos da Noruega e Holanda. Ramos da Cruz, governador da província, explicou que a Huíla já possui um levantamento completo das escolas e infra-estruturas adjacentes, facto que vai facilitar a execução e sucesso do programa.

“Vamos colaborar no máximo pelo facto de almejarmos que as nossas crianças tenham condições dignas para desenvolver o processo escolar”, disse o governador para acrescentar que o apoio não cairá em saco roto.

3.5 Professores de rua

A Capital... 21-03-05

Alves Santos, 21 anos, foi menino de rua aos 9 anos. Distante da família e cansado das confusões da rua, um dia decidiu juntar-se a outras crianças da sua idade num centro de acolhimento para crianças de rua que estava em construção na Golfe. O centro chama-se Arnaldo Jansser, ou, como é mais conhecido, centro do padre Horácio.

Em conjunto com outros meninos da sua idade, lá encontrou o conforto que a rua não lhe queria dar. Teve a oportunidade de se desfazer dos vícios da rua, sentar-se numa carteira onde conseguiu obter os conhecimentos que, hoje aos 21 anos, ajudam-lhe a enfrentar a vida. Depois de cinco anos no centro, finalmente conseguiu encontrar uma parente que de imediato se predispõe a cuidar dele. Dos pais, residentes em Luanda, não sabe o paradeiro.

Felizmente conseguiu dar continuidade à sua formação. Encontramo-lo, quando se dirigia ao centro de acolhimento, onde passou parte da sua infância e adolescência. Tenciona iniciar-se na carreira de professor.

Tal como ele, outros antigos moradores do centro regressam, não em busca de alojamento, mas de oportunidades profissionais depois de terem concluído, com êxito, o ensino médio. Cada um desses jovens beneficiou da iniciativa do padre Horácio que apostou na recuperação de meninos de rua, a quem dá oportunidades para, no futuro, se tornarem pessoas úteis à sociedade. Os apoios que o centro recebe, tanto de particulares como de empresas privadas, são a única fonte de rendimento para a sua gestão que, além de sustentar os menores, é ainda responsável pela formação de mais de 200 crianças com idades que vão dos 5 aos 17 anos.

4. SERVIÇOS BASICOS

4.1 Números revelam que só 34% da população consome água potável

Terra Angolana...Março

Dados do Ministério de Energia e Águas revelam que, das populações do meio urbano, apenas 34 por cento tem acesso à água potável, enquanto a maior franja se contenta com aquilo que é fornecido pelos conhecidos carros cisternas, meios que nem sempre garantem o provimento do precioso líquido com a qualidade recomendada.

Na verdade, os carros cisternas revelam-se a tábua de salvação para a grande maioria das populações de Luanda, sobretudo aquelas residentes em bairros, onde as autoridades «esqueceram-se» de instalar a rede oficial de distribuição desse líquido tão preciso. Só isso explica, por exemplo que, Marta da Silva, uma das muitas moradoras de Bairro do Quicolo, se obrigue, sempre que se levante, a uma coisa: um balde para abastecer a casa de água, a partir de um tanque sustentado por esses meios ambulantes. Mesmo assim não tem sido, para ela, um exercício fácil para o bolso. Por um “bidon” de água gasta 20 kwanzas. Mas a senhora, à semelhança de outras pessoas das redondezas não pode fazer o contrário por ausência de alternativas. «Estamos muito aquém de satisfazer as necessidades das populações», reconheceu, não faz tempo, o ministro da Energia e Águas, Botelho Vasconcelos.

De acordo com números do seu ministério, apenas 34% das populações no meio urbano tem acesso à água potável, pior que o meio rural onde as estimativas apontam para uma cifra de 39 por cento da população que não consegue o acesso ao indispensável bem. Os dados são, na verdade, preocupantes sobretudo quando ilustram a realidade de um país com importantes reservas hídricas. O Governo diz estar a envidar esforços no sentido de reverter o quadro no mais curto espaço de tempo. Trata-se de acções que vão desde a elaboração dos planos directores à execução de projectos de reabilitação e expansão dos sistemas de abastecimento] de água. A perspectiva do sector é que, até o ano de 2016 se consiga uma cobertura, no que diz respeito ao abastecimento de água potável, é de 67 por cento no meio urbano e 75 na zona rural, metas cuja concretização dependerá de disponibilidades financeiras. Responsáveis do sector dizem que para que o Governo possa cumprir com essa pretensão terá que

gastar, até 2007, qualquer coisa como, 500 milhões de dólares e, até 2016, o investimento ascenderá em 2 mil e 200. Milhões de dólares, valores com os quais contará também para financiar a implementação de projectos de gestão dos recursos hídricos e saneamento de águas residuais. «É certo que os custos são elevados», reconhecerá, a propósito, o titular da pasta de Energia e Águas, que apontará para o risco de os custos poderem ser mais elevados se não se realizar os referidos investimentos. Presentemente, a actividade que vai desde a captação, tratamento até ao abastecimento de água para o consumo público é assegurada principalmente pelo Estado. Pretende-se entretanto, abrir a participação do sector privado, pelo que já se estudam mecanismos para estimular essa iniciativa.

ÁGUAS EM BUSCA DE REGULAMENTAÇÃO

Desde Junho de 2002 que o país dispõe de uma lei de águas. De que até aqui ainda não dispõe é o instrumento que possa regulamentar a actividade ligada às águas, sobretudo no que diz respeito à utilização dos recursos hídricos e abastecimento de água para o consumo público. Foi para preparar a regulamentação da lei sobre este recurso indispensável à vida humana e ao desenvolvimento económico do país, que o Ministério da Energia e Águas organizou, em Agosto do ano passado, em Luanda, uma mesa redonda, em torno da qual, estiveram diferentes especialistas que reflectiram sobre dois anteprojectos concebidos a respeito.

Trata-se dos anteprojectos que prevêm o regulamento do abastecimento de água para o consumo público e da utilização dos recursos hídricos. O primeiro diploma estabelece o regime da actividade de abastecimento do chamado líquido precioso, definindo que tal exercício abrange a captação, adução, tratamento e armazenamento e final distribuição do produto. Um dos artigos dos anteprojectos define que a actividade de abastecimento de água para o consumo público é exercida em regime de concessão ou licença, obedecendo princípios como os de prossecução do interesse público, a uniformização tarifária para cada concessão, incluindo a igualdade de acesso dos cidadãos a esses serviços, sempre que as condições técnicas, financeiras e económicas, das concessionárias, o permitam. De acordo com o que está previsto no documento acima mencionado, a concessão tem por objectivo a exploração e gestão de abastecimento de água potável a áreas populacionais superiores a 50 mil habitantes.

4.2 Electricistas piratas facturam à porta da Edel

O Independente... 12-03-05

Electricistas, ex-trabalhadores da Edel formaram uma rede para “pescar” clientes à porta da antiga empresa; Edel

São dezenas de ex-trabalhadores, estão metidos na empreitada e ficam todos os dias úteis ao redor da empresa, em barracas de comes e bebes, onde habitualmente aparecem clientes procurando os seus serviços. Os técnicos dizem que essa é a única forma de rentabilizar a sua profissão. “De outra forma nunca conseguiríamos clientes”, afirma um dos electricistas que, há cerca de um ano, foi despedido pela direcção da empresa por alegada má conduta.

Dizem os que já beneficiaram dos seus serviços que tais electricistas são muito ágeis chegando a superar muitas vezes os serviços da Edel. Diariamente acorrem até eles dezenas de clientes idos de diversos bairros. Quanto aos preços, são razoáveis, segundo afirmação de um deles. “Acabamos sempre por nos entender com os nossos clientes, pois não gostamos de os deixar mal”, afirma, sorridente, um dos electricistas. Esta situação é do conhecimento da direcção da Edel, que já fez denúncia à Polícia. “Isso é uma contraversão à ordem pública, por isso é caso de polícia”, afirmou Francisco Delgado Luís, do gabinete de comunicação e imagem da empresa. Segundo Delgado, só os consumidores ilegais é que recorrem a estes electricistas piratas, porque o verdadeiro cliente da Edel não tem necessidade disso. “É preciso entender que muitos que reclamam não têm contrato de fornecimento com a Edel”, assegurou Delgado. (...).

Outrossim, Delgado afirmou que muitos destes ex-trabalhadores teriam sido expulsos da empresa devido a violações às normas da empresa.

4.3 Saneamento básico depende da recuperação dos emissários

Semanario Angolense...12-03-05

O Director-Geral da Elisal (Empresa de Limpeza e Saneamento Básico de Luanda), Eng. Afonso Antas Miguel, considera que os problemas do saneamento básico de Luanda, relativos ao escoamento das águas residuais e pluviais, só serão resolvidos definitivamente depois de se superarem os problemas dos «emissários principais», que são as grandes valas de drenagem espalhadas pela cidade, quase todas em situação caótica.

«A seqüência é esta: é preciso resolver (primeiro) os problemas dos emissários principais da cidade, para que

depois se viabilize a recuperação dos sistemas secundários de cada, uma das bacias dos bairros», sublinhou. Em entrevista ao Semanário Angolense, a propósito da invasão de águas subterrâneas e outras que tem afligido diversos bairros de Luanda (no caso o Nelito Soares, conforme fizemos referência na nossa última edição), devido ao descalabro do sistema convencional de esgotos, Antas Miguel identifica o fenómeno, fala das suas causas e das soluções possíveis e imaginárias, mas não diz quando começa o ataque ao problema, que é a principal interrogação dos atingidos.

«As Bês, Cês e todo um outro conjunto de áreas, que são o bairro Cassenda, o Bairro Popular e o próprio Marçal, são aquilo que os urbanísticos costumam chamar de zonas urbanas não consolidadas. Portanto, são as zonas da cidade que até à época da independência tinham apenas parte das infra-estruturas instaladas. Quero dizer que elas não podem ser consideradas zonas urbanas como tal, mas também já não são áreas periféricas», explica.

Segundo ele, como os sistema de drenagem não foram consolidados (nalguns casos podem-se encontrar zonas da cidade onde foram instalados os colectores existem as sarjetas, as ruas não foram assaltadas) , ficaram obstruídas a partida , porque a pressão da areia sobre os colectores foi muito grande. As Bês e as Cês fazem parte do universo da cidade que, com o andar do tempo, justamente por faltarem algumas infra-estruturas, foi-se degradando de forma mais acentuada.

PROJECTOS INTEGRADOS

Para o homem-forte da Elisal, hoje já não se pode falar da recuperação isolada dessas infra-estruturas. «É preciso falar-se em projectos integrados de requalificação de infra-estruturas», diz.

Na óptica de Antas Miguel, a solução do problema da drenagem é, por sinal, o ponto de partida para o desenvolvimento urbanístico da cidade. Para ele, nem vale a pena tentar melhorar rede de energia ou o sistema de abastecimento de água potável sem se resolver a «maka» da drenagem, sob pena de se criarem riscos graves de electrocussões ou contracção de doenças de foro hídrico para os cidadãos.

Debruçando-se sobre a eventualidade do desalojamento dos munícipes esses bairros em face dos problemas sem ser categórico ou talvez por não ser aferido correctamente a gravidade de certos casos, em que já se vislumbra riscos de vida para aos antigos , diz que as pessoas não têm obrigatoriamente de sair das suas casas.

Futurista, diz que, quando se está a falar de um programa integrado, está-se a falar de um programa que pode afectar até a visão urbanística. «É bem possível que o novo quadro urbanístico aceite a estrutura urbana que estes bairros têm. Ou, se quisermos ser mais evolutivos, talvez urbanisticamente se possa dizer que estas zonas têm que evoluir para este tipo de ocupação. Quer dizer que em função do que se definir como visão urbanística para o problema, haverá ou não deslocação das pessoas», considera.

RUA DO FUNDÃO

Antas Miguel fala também da Rua do Fundão, ao Nelito Soares, onde se formou uma extensa lagoa, que já tem quase vinte anos de existência, sendo um dos principais problemas de saneamento com que o bairro se debate. «Esta é uma das ruas que tem um colector secundário de toda a bacia das Bês e das Cês. Portanto sem que se resolva o problema do senado da câmara, um emissário principal não é possível fazer-se o escoamento duradouro de toda aquela zona do Nelito Soares explica.

O problema principal consiste em não se conseguir fazer a ligação dos esgotos da rua do Fundão com a vala da Senado da Câmara. Este é o problema principal também de quase todas as outras áreas da cidade. Por conseguinte, a dificuldade está na viabilização do escoamento principal», sublinha.

Segundo ele, se o Nelito Soares depende da vala da Senado da Câmara, já todo o Cazenga depende da melhoria do emissário da vala do Cazenga. «Quando estivermos a falar do São Paulo, da Precol e da comissão do Cazenga, estamos a falar da melhoria da vala do Saroca, e quando estivermos a falar de grande parte da zona urbana da Maianga e da Ingombota, estamos a falar da solução do emissário do Rio Seco: toda a solução desta micro-drenagem depende da melhoria e da modernização dos emissários», justifica.

O Director-Geral da Elisal não se esqueceu da famosa lagoa de São Pedro, onde as águas se acumulam por falta de saída sobre tudo sempre que chove. A solução para este problema bicudo passa pela criação de um emissário que partirá das sua áreas da lagoa ate ao vale do Saroca (começa na passagem de nível da Cuca e termina na Zona da comarca de Luanda)

4.4 Administrador impotente

semanário Angolense...05-03-05

O administrador municipal do Rangel, José Joaquim de Oliveira, não sabe o que fazer para acudir à situação, por ser um problema cuja solução ultrapassa as suas capacidades e competências. Ou seja, isto é um problema que talvez ultrapasse o próprio governo provincial.

Pelo menos assim indicia o facto da comissão técnica que visitou algumas casas das zonas sinistradas em Dezembro último ter sido liderada pelo Eng. Joanes, responsável pela Unidade Técnica de Coordenação para o Saneamento Básico de Luanda, adstrita ao ministério das Obras Públicas.

Essa comissão fez um relatório sobre a situação no Nelito Soares a Higinio Carneiro e Job Capapinha, datado de 19 de Janeiro, mas o próprio administrador municipal nada sabe já do que eles decidiram a propósito.

José Joaquim de Oliveira, entrevistado pelo Semanário Angolense, disse, no entanto, que sabia que estava para breve uma intervenção séria na rede dos esgotos da zona que vai entre a Lino Amezaga e a Vila Alice. «Penso que isso deverá iniciar no segundo trimestre do ano», sublinhou o administrador municipal, que mora num dos prédios dos cubanos junto da Avenida Brasil, onde também se convive com águas salobras. A única coisa que ele pode afirmar com certeza é de que não haverá mudança alguma para o Zango, como algum dos moradores do bairro estão a pensar. No entanto, dando a sua opinião particular, é partidário da demolição dos blocos do Simão Toco, por estarem em avançado estado de degradação, se bem que esta possibilidade colida com particularidades históricas defendidas por alguns «muatas»do país, que nasceram ou cresceram lá.

Em próxima edição, publicaremos uma entrevista com o Eng. Antas Miguel, da Elisal, feita pelo nosso repórter Valdimiro Dias, que antes foi maltratado no ministério das Obras Públicas, por um tipo achado estupidamente em muito importante quando lá foi procurar o Eng. Joanes.

4.5 Governo lança campanha de limpeza à capital

Jornal de Angola...06-03-05

O Governo Provincial de Luanda vai lançar a 14 do corrente mês uma campanha de limpeza à cidade, no quadro do seu modelo de gestão para a melhoria do saneamento básico da cidade. O facto foi anunciado pelo governador provincial, Job Capapinha, durante um encontro que manteve com o ministro do Comércio, Joaquim Ukuma Mwafumba e os directores nacionais.

Sob o lema “ Protejamos as nossas crianças combatendo a cólera”, a medida do GPL surge em função de um anúncio feito pela Direcção Provincial da Saúde que alertava para os próximos meses a previsão de um surto de cólera em Luanda devido as constantes chuvas que se abateram sobre Luanda. Job Capapinha reconhece que Luanda vive problemas sérios de organização , principalmente no ramo do comércio para tal solicitou um apoio ao ministério do comercio no sentido de disciplinar a actividade comercial bem como fazer com que os comerciantes, grossistas, retalhistas e ambulantes possam participar no melhoramento do saneamento básico da capital. Além do encontro com a delegação ministerial do Comércio, o GPL pretende realizar outros com diversos organismos com o objectivo de buscar, soluções para a redução do lixo. O Comércio e a Indústria são tidos como os grandes produtores, de lixo em Luanda. A maior parte dos armazéns grossistas, principalmente, os de São Paulo, Hóji-Ya-Henda, Boavista, Roque Santeiro são os mais focados. Neste contexto, o diretor do comércio Interno, Gomes Cardoso defende a proibição do comercio grossistas nestas areas. Na sua óptica o GPL devia transformar esses armazéns em centros comerciais ou pequenos mini-mercados. O Governo provincial de Luanda poderia conceder ou seja transferir esses comerciantes para uma area defendida a actividade do comeício grossista só assim se evitará a produção de lixo e a venda ilegal de produtos a frente dos estabelecimento. Entretanto em janeiro do ano passado o ex governador de Luanda , Simão Paulo adptou um sistema de gestão de recolha de lixo porta a porta.

O trabalho de recolha era feito num horário estabelecido pelo GPL, isto é das 8 horas da manhã as 18 e 20 horas

4.6 Chafarizes beneficiam Kikolo, Hoji ya Henda e Ngola Kiluanje

Jornal de Angola...20-03-05

Um projecto de serviços comunitários sustentáveis, relacionado com o Sector de Águas, esta a ser desenvolvido, em Luanda, pela ONG canadiana, Development Workshop (DW) , tendo resultado na construção de mais de 60 chafarizes, nos municípios do Cazenga, Sambizanga. e Cacuo.

A DW concentra, desde 1999, a sua actividade em duas direcções, sendo uma na capital propriamente nos bairros Ngola Kiluanje, Hoji ya Henda e Kikolo, e outra na província do Huambo, com o fornecimento de água às zonas rurais. Em Luanda, a organização desenvolve as suas acções em estreita parceria com a EPAL, devido à inexistência de águas subterrâneas, utilizando a água da rede de distribuição, enquanto que no Huambo constroem cacimbas e poços por haver águas subterrâneas. A parceria com a EPAL, iniciada em 1994, surgiu de forma progressiva, no quadra do programa peri-urbano de Luanda, que visa igualmente reforçar a sua capacidade em termos de gestão e apoio material, mediante o processo de construção de fontanários, desenvolver, refinar e disseminar métodos de mobilização comunitária e manutenção dos fontanários.

De acordo com Salvador Ferreira, gestor de programas de serviços comunitários sustentáveis da DW, o âmbito da sua intervenção foi alargado, especialmente em termos de manutenção, reparação e reposição de secções chave das condutas do sistema de distribuição de água nos municípios mencionados. O objectivo é medir o impacto das acções junto das populações residentes nas áreas onde trabalham. Apontou como principais constrangimentos a antiguidade da rede de distribuição da EPAL e ausência de rede nas áreas onde a DW actua. Paralelamente, em muitas zonas onde existe a rede da EPAL, os chafarizes continuam a degradar-se, como resultado das ligações clandestinas. O projecto de águas da DW, que se estenderá até 2006, está orçado em três milhões de dólares e integra ainda a componente de saneamento comunitário e escolar, entre outros, no âmbito das actividades que visam o combate à pobreza.

5. TERRA, HABITAÇÃO E URBANISMO

5.1 Concessão de terrenos para construção será mais célere

Jornal de Angola...08-03-05

O Governo do Namibe está a empreender acções no sentido de tornar mais célere os trâmites de concessão de terrenos para construção de residências. Em reunião decorrida no município do Tombwa, dedicada à análise sócio-económica da localidade, o governo restrito da província inteirou-se igualmente do plano de distribuição de inputs agrícolas aos camponeses, entre outros assuntos.

Na reunião foi recomendada a criação de uma comissão para tornar mais célere o atendimento dos processos de concessão de terrenos à cidadãos para construção, a qual será coordenada pelo vice-governador, Gabriel Alberto. Esta questão preocupa os munícipes, que reclamam pela morosidade que se assiste. Há processos solicitando terrenos à administração municipal do Namibe que estão há mais de dois anos por atender.

O encontro, orientado pelo chefe do executivo do Namibe, Boavida Neto, teve como objectivo fulcral radiografar as questões da província, à luz da execução do Programa de Investimentos Públicos, para melhoramento e aumento da oferta dos serviços sociais básicos às populações. Os membros do governo restrito debruçaram-se sobre o relatório de avaliação da fortes correntes marítimas ocorridas recentemente na restinga do Tómbwa, bem como sobre o regulamento interno e procedimentos de prestação de serviços dos estaleiros do governo da província. Para o efeito, o governo recomendou a criação de uma comissão para reformular os actuais métodos de atendimento, no quadro de uma nova filosofia de trabalho que se pretende conferir para a boa prestação de serviços. A referida comissão será coordenada pelo também vice-governador do Namibe, António Corteiá.

O executivo do Námibe tomou conhecimento do projecto de distribuição de inputs agrícolas para a campanha agrícola 2004/2005, que teve seu início em Outubro de 2004 e cujos resultados da primeira fase não corresponderam às expectativas, em consequência da seca que assolou a província.

Os membros do governo restrito apreciaram ainda matérias relacionadas com a viação e ordenamento do trânsito. O governo restrito do Namibe foi também

informado sobre o grau de cumprimento das recomendações da sessão anterior, bem como dos resultados do encontro dos quadros angolanos na diáspora, realizado em Novembro, em Luanda. Tomou igualmente conhecimento do encontro que o Ministério da Administração do Território manteve com todos os governadores provinciais sobre as tarefas relacionadas com o processo eleitoral.

O Governo restrito do Námibe apreciou o processo de desarmamento da população civil, tendo já recomendado as administrações municipais a continuarem com a sensibilização das comunidades, apoiando, desta feita os órgãos de defesa e segurança e ordem interna a estabelecerem a ordem e tranquilidade públicas, para a convivência pacífica, desejada para todos os angolanos.

A par deste encontro, o governador da província e o seu elenco governativo efectuaram visitas a vários empreendimentos de impacto sócio económico do município do Tombwa. Assim, a comitiva manteve encontros com os camponeses que perderam os seus haveres em consequência das cheias, do rio Curoca visitou também o projecto Anti-Desertificação local.

5.2 Perigo de morte no Sambizanga

A Capital...12-03-05

Depois de tanto brigarem, disputarem territórios, grupos de marginais como HDA, Alameda e os Bin Laden Squad decidiram fundir-se e partilhar as suas macabras acções. Os populares do Bairro Operário, Miramar e São Paulo são obrigados a dormirem com um olho fechado e outro aberto, pois a qualquer momento podem receber uma visita indesejada.

Nos últimos três meses os munícipes do Sambizanga, sobretudo moradores nos bairros Operário, Miramar e São Paulo, só não abandonam aquelas zonas por não conhecer um lugar melhor. É que a criminalidade aumentou de forma exponencial que, a páginas tantas, já tem sido difícil separar o trigo do joio, ou seja, já não se sabe onde acaba o marginal e começa o pacato cidadão. Os populares sustentam que os saques diários são como receber rebuçados em crianças e não há trincos, nem protecção humana que inibe os assaltos às residências e lojas. E por arrasto, aqueles munícipes começaram a acreditar que os telemóveis, carros e motorizadas passaram a ser artigos proibitivos para o uso no dia-a-dia. Inclusive a vida, essa, deixou de ter sentido. A mínima resistência aos desígnios dos marginais pode tornar-se uma fatalidade.

E quando chega a altura de apontar o dedo, aparecem

nomes criminosos, como HDA, Alameda e Bin Laden Squad, comandados por marginais bem identificados, como são os casos de Sansão, Carlitos e Bin Laden. Esses grupelhos, ao que revelaram aqueles moradores, aglutinaram-se e, em contrapartida, tornaram-se muito mais perigosos. Desde esta junção, o sossego deixou, por exemplo, de fazer morada no Bairro Operário. O jovem Leca tem ainda fresco na memória às vezes em que se viu molestado por estes grupos. Aliás, «estou já cansado de continuar a viver aqui», pois teme que o pior pode estar por acontecer.

«Eles andam armados, roubam em plena luz do dia, tiram vida às pessoas e ninguém faz nada. Isso não pode continuar como está, sobretudo agora que esses grupos decidiram actuar em sintonia». Recorda-se visivelmente magoado do dia em que foi severamente espancado e ficou sem o telemóvel, os calçados, os 50 dólares e ainda despiram-no, para depois obrigarem-no a caminhar tal como veio ao mundo. Gabriela, por seu turno, não foi roubada, mas vive com um trauma que a atormenta até hoje: foi obrigada a presenciar uma cena de violação em que cinco elementos se serviram, sexualmente, de uma amiga sua de apenas 16 anos. Desde aquele dia, ela não tem dúvidas: «esses miúdos são uns autênticos selvagens», aproveitando para apelar a Polícia a «fazer alguma coisa para se acabar de uma vez por todas com esses grupos».

Mas enquanto os agentes da ordem pública se fazem ausentes, o cortejo de desacato e sangue prossegue a sua caminhada triunfal. Por exemplo, os marginais transformaram o chamado «Beco da Mana Maria» no seu «quartel-general».

É ali onde a partir das 18 horas são vistos quase em posições ameaçadoras, com armas e outros objectos contundentes em riste. E a já inevitável droga encontrou poiso naquelas paragens. Da liamba à cocaína, a oferta satisfaz a procura. É no beco onde tudo pode acontecer, por se tratar de uma passagem bastante concorrida. Por essa razão, os populares evitam aquele troço. Um dos moradores abordados pela reportagem, mas que solicitou anonimato, confessou que não ousa mais passar por ali, sobretudo desde o dia em que os meliantes fizeram o seu corpo de cobaia. Ou melhor, resolveram experimentar, no seu corpo, se as facas estavam realmente afiadas. «Fui, barbaramente, espancado e riscado com os sabres por mais de seis indivíduos. Na verdade, bateram-me muito e fizeram vários buracos no meu corpo com as facas», explicou. O móbil? «Por eu ter um telemóvel», revelou. Apresentou queixas à Polícia mais próxima, mas «nada foi resolvido».

Na semana passada, o alvo dos referidos grupos foi uma loja de telefones que se acha no Miramar, onde além de surripiarem mais de trinta telefones, levaram também dinheiro num valor não especificado.

Na mesma noite penetraram em três residências, donde só abandonaram depois de subtraírem os televisores, aparelhagens de som, telefones, encontrando ainda tempo para violarem a responsável de uma das casas assaltadas.

5.3 A Fronteira do asfalto

Capital...05-03-05

Não é apenas a distância que separa os bairros Benfica e Panguila. No âmbito do seu programa habitacional, o Governo Angolano projectou, para ambas as circunscções, a construção de zonas residenciais. O projecto está já em fase avançada. Todavia, muito mais do que os longínquos quilómetros que os separa, a qualidade das casas erguidas num e noutro bairro distancia-os abismalmente.

O Panquila é, como uma infinidade de outras zonas periféricas de Luanda, um dos bairros nos quais as autoridades decidiram criar as hoje chamadas casas sociais - ou de baixa renda - destinadas a apoiar pessoas em situação de risco ou desalojadas de zonas enquadradas noutros projectos governamentais. Neste grupo, estão bairros como o Golfe, Camama, Sapú e Viana, em concreto, na zona do Zangu. Ao contrário do Benfica, onde, através do seu enquadramento no projecto Luanda Sul, estão a ser construídas residências de alta renda, cuja qualidade e a consequente durabilidade saltam imediatamente à vista, nos bairros da periferia assiste-se a um cenário de degradação galopante. No Panquila, Camama, Golfe, Sapú ou no Zangu as residências levaram a sério a designação «baixa renda» ao ponto de lembrarem as degradadas favelas do Brasil. A respectiva «qualidade deixa muito a desejar», segundo António Gameiro, um reputado arquitecto angolano. Os denominadores comuns entre estes bairros são os excessivos quilómetros que os distanciam do núcleo da cidade. São necessárias umas boas horas para, numa viagem de carro, por entre as estradas degradadas de Luanda, aceder-se tanto ao Panquila como ao Zangu, em Viana. Só então se pode apreciar uma paisagem de bairros carentes das mais básicas infra-estruturas onde foram erguidas residências de reduzida dimensão, entretanto, apresentadas por quem as construiu ou inaugurou como autênticos paraísos. Mas não é preciso ser-se arquitecto para concluir que aquelas habitações são precárias. Quase todas apresentam fissuras nas paredes, além de, nalguns bairros, as residências carecerem mesmo de

acabamentos básicos. Tão básicos, às vezes, como uma simples pintura exterior. Mais do que residências de baixa renda, muitas destas casas beiram à miséria. Há, na visão do arquitecto Gameiro, uma percepção errada de quem concebeu o projecto sobre o que pode, na verdade, significar residência de baixa renda. António Gameiro explica: «significam casas não exageradas ao nível do luxo, mas com espaço, com qualidade habitável e com um bom nível dos acabamentos». Nestes bairros periféricos, as residências são pequenas. Quando não têm, fundamentalmente, apenas um quarto e uma sala, são casas com mais compartimentos, porém, com metros quadrados reduzidos. E casas com estas características, segundo Gameiro, não podem sequer ser consideradas de baixa renda.

«A qualidade destas casas deixa muito a desejar. Hoje no Panquila, por exemplo, vemos casas fissuradas, sem acabamentos que, em princípio, deveriam ser requisitos mínimos: não se usam nem tetos falsos. Existem elementos que não foram minimamente estudados e que, hoje, são o reflexo daquilo que se vê no Panquila e noutros bairros iguais». O arquitecto disse duvidar, de igual modo, da durabilidade dessas mesmas residências. Questiona, ainda, a qualidade do material utilizado nessas construções. «Não se pode admitir que, num curto espaço de tempo, uma casa comece a ganhar fissuras. Das duas uma: ou não foi feito um estudo de terreno para se determinar as características e os cuidados a tomar ou pura e simplesmente não se adoptaram critérios básicos». Em Luanda, Manuel João, 39 anos, sabe muito bem onde quer viver. No Benfica. «Num daqueles condomínios cheios de casas grandes». A realidade, no entanto, não é benevolente com ele. Ele trabalhou nos condomínios do Benfica, enquanto pedreiro, mas força das circunstâncias acabou relegado a viver no Zangu, a cerca de 60 quilómetros da casa dos seus sonhos. É a sua passagem pelos novos bairros do Benfica, ainda como profissional, que lhe permitiu reconhecer que, no Zangu, vive-se mesmo mal. Aliás, tal como ele disse, lá não se vive, apenas sobrevive-se. «Aqui até os pensamentos são diferentes», disse. É por isso que, quando visita a zona nobre do Benfica, não deixa de experimentar uma estranha sensação de ser «estrangeiro» no seu próprio país.

«Mesmo que estão a dizer que são casas de baixa renda, aqui não temos condições nenhuma, vivemos presos aqui nesta zona», reclama David Tuluka, um vizinho de Manuel João.

5.4 Bairro indígena está a afundar-se!

Semanário Angolense...05-03-05

Até há uns poucos anos, isso era algo absolutamente impensável. Mas, desde 2003, muitas casas do «Bairro Indígena», como se convencionou chamar a um grupo de quarteirões do antigo Bairro Novo de São Paulo, urbanização criada nos até primórdios dos anos sessenta, hoje chamada genericamente de «Nelito Soares», na comuna da Terra Nova, município do Rangel, estão a submergir por força das águas salobras que saem das entranhas da terra. O «Bairro Indígena» é formado pelas «Bês» e «Cês», prédios dos cubanos, «Êfes», blocos do Simão Toco e a zona dos Saiotes, junto ao famoso mercado dos Congolenses.

A «explicação técnica» é de que essas águas são o resultado dos lençóis freáticos que têm estado a formar-se em imensas zonas do bairro, devido à inoperância da rede convencional de esgotos, o que obrigou os cidadãos à alternativa das fossas rotas, por um lado, e em função da acção das chuvas, por outro. Ou seja, como em qualquer dos casos não há um escoamento normal, as águas têm vindo a depositar-se em grandes quantidades no subsolo, que já se encontra saturado, estando elas à procura agora de uma saída a qualquer custo. E esta saída tem acontecido precisamente em diversas casas da circunscricção, que acabam assim inundadas, com consequências bastante desagradáveis para os infelizes munícipes.

As construções de residências não previstas no projecto inicial da urbanização, algumas anárquicas, que se iniciaram logo após a independência, nomeadamente aquelas que foram feitas sobre os canais de escoamento das águas pluviais e ainda sobre partes do sistema de esgoto, também têm a sua quota-parte no problema. Está fora de hipótese alguma influência da velha cacimba que existia onde está erguido o Estádio Nacional da Cidadela.

O problema não é exclusivo desta área, já que em diversas outras partes do município, como na zona do Rangel propriamente dito, ele terá já atingido proporções mais que escandalosas, sem que se vislumbre, por parte das autoridades, alguma vontade de pôr cobro ao sofrimento dos pobres cidadãos, que nadam na porcaria.

ISTO JÁ É DEMAIS

O *Semanário Angolense* fez uma incursão por algumas zonas do Nelito Soares, sobretudo aí onde o problema já começa a atingir uma dimensão catastrófica (nas Cês de baixo e nos blocos do Simão Toco), e ficou condoído com o sofrimento por que passam muitas famílias destas áreas, devido ao problema em análise. É,

na verdade, muito constrangedor o que se passa no nosso «Bairro Indígena». É como se o inferno fosse mesmo já aqui na terra. É literalmente tétrico.

Já há quem, revoltado, se pergunta quando acabará a independência, como quem diz que está com imensas saudades do tempo colonial, em que os «indígenas» desse histórico bairro tinham condições de habitabilidade bastante superiores do que as que lhes são oferecidas actualmente. Na verdade, são quase incomparáveis. Quem lá vive ou viveu (muitos dos actuais dignatários do país nasceram ou cresceram no bairro) desde antes de 1975 pôde testemunhar que era uma zona chique, onde, por sinal, até muitos brancos finos residiam de pedra e cal o que confirmava de algum modo a sua nobreza. Começamos a nossa incursão pela «Cê-6» de baixo, onde, na primeira casa da rua, encontramos o jovem Felisberto Sebastião em conversa com a avó, Dona Joaquina. Aqui, a situação ainda não é caótica, mas não deixa já de criar bastantes transtornos. Por enquanto, as águas podres saídas da terra invadem apenas parte do quintal, mas, não tarda, as dependências internas também serão afectadas, caso nada se faça. O «verdete» nas paredes assim indicia.

Demonstrando saber do assunto, Felisberto Sebastião, que nasceu no bairro há 37 anos, julga que é preciso uma intervenção séria a nível do sistema de esgotos para que se possa pôr termo ao problema, antes que aconteça uma catástrofe. Já na «Cê-9», a dimensão do problema é maior. Aqui, encontramos uma casa de gente humilde completamente inundada. Todas as manhãs, velhos, jovens e até crianças que lá habitam são obrigados a um ritual iniciado há dois anos: unidos de baldes, banheiras e latas têm que atirar para a rua a água podre que sai da terra durante a noite e lhes entra pela casa toda, sob pena de nela nadarem. Praticamente.

Para circular, foram obrigados a criar verdadeiras pontes de pedras e madeira pela casa inteira. Os móveis, estes, têm de ficar sob grades de cerveja ou coisa parecida. Esmeraldo Kamuenhi, 21 anos, o «porta-voz» da família, afirma que as águas até parecem originárias de alguma conduta da Epal, tal a frequência com que invadem a pobre residência. «É muito sofrimento. Já não sabemos onde ir morar», sublinha.

ABAIXO O ZANGO!

Ajudado por uma irmã, Kamuenhi, a uma pergunta a propósito do jornalista, garante, no entanto, que entre irem para o Zango, num processo semelhante ao dos moradores das barrocas da Boavista, e continuarem forçados a viver praticamente no meio daquelas águas salobras, a escolha recai para esta última fatalidade. «No Zango, nas tendas?!, nem pensar. É melhor que as

paredes nos caiam em cima e morramos todos», afirmam, decididos.

Isso das paredes caírem é uma possibilidade que agora já se coloca com alguma acuidade. De resto, na rua a seguir, na «Cê-10», uma velha escapou por pouco, quando, num dia desses, a tampa da fossa rota que se construiu para fazer face ao descabro dos esgotos convencionais ruiu, quase levando-a com ela para o fundo do enorme buraco cheio de «cocô».

Jorge Sebastião, 32 anos, vive com a mãe, a esposa e uma bebé numa das casas desta rua. A sua casa é uma das mais atingidas pela acção das águas subterrâneas. De tal sorte que até já teve que comprar uma electrobomba para extraí-las do subsolo antes que inundem a casa. A máquina é obrigada a trabalhar quase ininterruptamente, com bastante desgaste. Vai já na terceira electrobomba, ao preço de 170USD cada na Cimex, que está a assim a fazer um bom negócio às custas das desgraças dos outros. Com o coração na mão, tem que rezar para que a Edel não corte a luz na sua área, para que o bombeamento das águas não pare. «Se falhar luz, a água dentro de casa nos pode chegar à cintura», diz.

Ainda assim, ou seja, apesar da acção da electrobomba, em certas zonas dessa casa, o chão já ameaça ruir. A velha, coitada, de tanto andar pelas águas podres, tem os pés numa lástima, fruto duma infecção que contraiu por acção delas. Seguindo Jorge Sebastião, já houve quem, na rua, tivesse sido obrigado a ficar de cama mais de uma semana, devido a uma grave doença causada pelo contacto com aquela porcaria aquosa. Este jovem funcionário público lamenta que o governo nada faça para acabar com o sofrimento dos pobres moradores do «Bairro Indígena» que vivem nessa situação revoltante. Foi ele quem revelou que em Dezembro do ano passado esteve uma equipa de supostos especialistas trazidos pelo Governo Provincial de Luanda em visita ao bairro, onde recolheu amostras das águas e fez diversas observações, fazendo-lhe pensar, cheio de esperança, que o fim do seu martírio estava próximo. Só que, como diz, até hoje, nada mais que se viu...

Mais abaixo, encontramos o instrutor de condução automóvel, Veríssimo Borges, 40 anos. Vinha bem cansado do serviço e aprestava-se a entrar para a sua casa, ainda na «Cê10» que, a par da «Cê-9» e «Cê11», é das mais penalizadas nestes particulares. Sendo um dos azarados, tinha-a bem inundada. Como não conseguiu ainda dinheiro para comprar uma electrobomba, todos os dias, antes de ir para o serviço, tem de fazer musculação a tirar as águas salobras do quintal, a partir

das quatro da manhã.

DESUMANIDADE

A situação está tão caótica que Veríssimo Borges achou por bem tirar as suas duas crianças de casa, enviando-as para o São Paulo, onde estão a viver com uma sua irmã. A esposa, esta, como mandam as regras do casamento, acompanha o querido nesses momentos menos bons da sua vida em comum. Casamento não é só doçura. Apesar de tudo, o «nosso» instrutor de condução é, entre as vítimas das inundações permanentes do Nelito Soares que entrevistamos, o único disposto a ir para as tendas do Zango, se for caso disso. «Eu aceito ir, porque sei que não ficarei lá para sempre. Tarde ou cedo, o governo me dará a casa, como fez com os da Boavista», sublinhou, se calhar esperançado que isso venha a acontecer já-já, porquanto, banhada como está a sua casa, qualquer lugar mais seco lhe deve servir. Nem que for em Catete. Quem não quer saber de Zangos, é a senhora Maria Rosa de Brito, que vive, ainda na «Cê10», desde 1964, portanto, um ano depois da urbanização ter sido dada como pronta para ocupação, no quadro de um projecto de realojamento das autoridades coloniais portuguesas.

«Zango?! Não, nem pensar», revoltou-se a dona, ela que, do jeito em que o bairro anda, até tem a casa em condições paradisíacas, curiosamente, mesmo sendo vizinha de Veríssimo Borges. Pelo menos, não vimos no quintal e na varanda «verdete» algum. «Se tiverem que nos tirar daqui, eu também quero ir para o Nova Vida. Qual Zango? Porque é que eles também não vão p'ro Zango?», interrogou-se a senhora. Quando interrogada sobre quem eram estes «eles», Dona Maria Rosa de Brito respondeu: «vocês sabem».

Deixamos a zona das «Cês» e fomos para os «Bornos», que é assim que algum pessoal do bairro trata os chamados blocos do Simão Toco, por neles viverem muitos seguidores dessa igreja e, inclusive, o seu falecido fundador ter passado umas temporadas por lá, onde a insalubridade é quase indescritível. É uma autêntica porcaria é desumano manter pessoas a viver nessas condições tão horripáveis. Quando chegamos à zona do pico, isto é à zona mais emporcalhada, estava um menino a fazer cocô no matagal que se formou por acção das águas insalubres. Isso, porque era de dia, já que à noite também se pode ver mais-velhos entre os «artistas» deste verdadeiro drama. É que há prédios onde é impossível recorrer-se aos quartos de banhos comuns, devido ao estado lastimável em que se encontram quase todos, sobretudo em relação aos moradores do primeiro andar, já que os do rés-do-chão conseguiram arranjar alternativa, construindo cada qual o seu «wc» privativo. Antigamente, a solução quase geral para este «aperto» era encontrada no estádio de

São Paulo, isto antes de entrar em obras. Anita Francisco, 42 anos, tinha acabado de chegar de Lisboa, onde vive há dez anos. Como sempre, quando cá vem, aloja-se na casa da família, que é no «bloco» 17, onde nasceu e cresceu, antes de seguir para a «mukuêba».

Estava aflitíssima, porque não conseguia ir ao quarto de banho do prédio desde que chegara. Mas, para ela, o pior estava para vir, já que esperava a visita duns tugas seus amigos e não sabia como se safar, caso um deles quisesse ir fazer chichi ou outra coisa mais pesada. «Estou lixada, ó Salas (é nossa conhecida). Porra, para piorar, sempre que veio a Luanda nunca há luz no prédio. Isto é azar, mô mano», resmungou ela. Só podia ser. Como dizem as velhotas do bairro, isto não é vida.

5.5 Demolições deixam 32 famílias ao relento

Angolense...05-03-05

Mais de 32 famílias estão ao relento no bairro do Mirrú, na Estalagem, município de Viana, na sequência da demolição de várias casas. O acto foi protagonizado por fiscais e agentes da polícia do referido município, que não se coibiram de espancar populares indefesos e até mulheres grávidas.

Os populares habitam a zona há mais de cinco anos, depois de terem adquirido as parcelas através de um cidadão que detinha a posse dos terrenos. A confusão, segundo os lesados, se instalou após a morte de Luís Pimentel de Almeida, que vendeu os talhões, o que fez com que o seu pai Guilherme Carlos de Almeida passasse a reclamar a titularidade do espaço. O terreno, com uma área de mais de 150 metros quadrados, havia sido entregue ao finado como recompensa, depois do mesmo ter retirado da cadeia o pai, que na altura enfrentava uma acusação de extravió dos bens da população na qualidade de ex-coordenador de camponeses, referiram as vítimas.

“Ele tem o seu espaço vedado, agora, depois da morte do filho, quer se apoderar do lugar que antes cedeu de consciência livre”, disse Jacinta Joaquim, acrescentando que Guilherme Carlos começou a tratar da documentação que prova que o terreno em litígio é seu, apenas nos finais do ano passado. Apesar das reclamações da ,outra parte, os moradores da zona garantem que têm toda a documentação que comprova a titularidade do espaço. “Temos consciência que o falecido, que foi coronel do exercito, não havia de usurpar o terreno do seu pai”, lembrou Kanhanga Agostinho Sampaio, outro dos lesados.

Entretanto, as complicações estendem-se há já alguns

anos. Em 2003, pai e filho haviam estado na Administração Municipal de Viana para tentar chegar a um consenso quanto a propriedade do terreno. “A administração alega que em 2003 não haviam aqui casas, mas isso é falso”, acrescentou ainda Felipe Kossongue”, exibindo uma notificação datada de 25 de Agosto do referido ano. Embora as reclamações sejam assinadas pelo punho de Guilherme, um ancião que nesse momento se encontra no Beiral, os populares acreditam que por detrás de toda a tramóia está a mão de uma terceira pessoa. Quando se questiona sobre a identidade do fomentador da contenda, os dedos acusadores apontam para José Carlos Pinho. “O velho está a ser influenciado por esse senhor”, acusam os populares.

Em declarações ao Angolense, Carlos Pinho negou as acusações que lhe são imputadas, sublinhando que as vítimas têm de apresentar queixa à polícia ou ao tribunal. “Não sou culpado, não comprei nenhum terreno”, disse ainda. Com o intuito de ver o problema resolvido, os desabrigados recorreram aos serviços de fiscalização de Viana.

O caso foi analisado e transferido para o gabinete jurídico do mesmo organismo. Segundo os populares, após aturadas discussões os membros acabaram por ganhar razão, pelo que se orientou a suspensão das obras de vedação no terreno em disputa. Contudo, o presumível interessado pelo espaço, para além de demolir as casas, utilizou o material de construção dos lesados, que estava no local, para a vedação do mesmo, o que as vítimas consideraram de abusivo.

Para levar a cabo os seus objectivos, o auto-intitulado proprietário dos terrenos contou com a ajuda de elementos da Polícia Nacional, que coordenaram a execução das demolições e ainda se deram ao luxo de agredir crianças, jovens, mulheres e velhos. Mais uma vez, os moradores da zona tentaram buscar a ajuda da administração local. Como em tantas outras vezes foi uma tentativa gorada, uma vez que o administrador local se negou a recebê-los. “Ninguém nos prestou atenção, o administrador privilegiou apenas uma parte, uma vez mais os filhos de pobres camponeses continuam a ser injustiçados”, denunciou Adelaide Jorge.

Para espanto de todos, a administração municipal continua a autorizar alguns cidadãos a efectuar a ocupação de terrenos no local em litígio. A declaração a que tivemos acesso, passada em nome de David Gomes Leitão, datada de 27 de Julho do ano passado e assinada pelo próprio administrador é apenas um dos exemplos.

Contactado por telefone, o administrador daquele município, Júlio de Carvalho referiu que o terreno em conflito é privado, pelo que nega qualquer envolvimento no caso. “Nada temos com o assunto, porque o terreno é privado”, realçou, acrescentando que o seu pelomo apenas pode considerar legais as pessoas que têm declarações passadas pelo malgrado titular dos terrenos”.

Na ocasião, o responsável lamentou que algumas pessoas estão a aproveitar-se “da morte do filho do velho” para invadirem a zona. Diante da situação, Júlio de Carvalho acredita que só resta aos lesados iniciarem um processo judicial para reivindicarem os seus direitos.

Quando questionado sobre a decisão do responsável do seu gabinete jurídico que deu razão aos lesados e consequentemente ordenou a suspensão das obras de vedação do terreno, Júlio de Carvalho deixou transparecer que se tratou de uma “opinião menos correcta”, pois, no seu entender, “o homem do gabinete jurídico não pode colocar em pé de igualdade o proprietário do terreno e as pessoas que não têm documentos”, frisou.

5.6 GPL anuncia fim das construções anárquicas

Folha8...12-03-05

O Governo da Província de Luanda, através da Direcção dos Serviços de Planeamento e Gestão Urbana, lançou o “á-bê-cê” de sensibilização das populações no quadro de melhorar a imagem da cidade capital, evitando a construção anárquica sobretudo nas zonas periféricas. Os edifícios da parte urbana estão a receber novas configurações, tudo porque pessoas influentes no partido maioritário em Angola, através das “gasosas” e o negócio obscuro por que passam as legalizações de muitos imóveis neste País, apropriaram-se dos terraços dos prédios para edificar as suas casas.

O reacender da guerra depois das Eleições Gerais de 1992, provocou um crescimento demográfico fora do normal, devido às migrações das populações dentro do País, para as provinciais menos atingidas pela catástrofe da guerra. O litoral e a zona sul de Angola, nos últimos dez anos, foram as partes mais atingidas pelo crescimento desproporcionado do número de pessoas vindas do interior. Este ficou quase despovoado, as famílias dispersaram-se e muitas ficaram e continuam sem abrigo. De alguns anos a esta parte, os populares deslocados e refugiados dentro e fora do território nacional, procuraram por força da guerra encontrar abrigo em qualquer lugar mesmo nas zonas

consideradas perigosas pelas autoridades competentes. As construções anárquicas de habitações que grassam por toda esta Luanda, são consequência da gestão desleixada das autoridades que ao longo dos anos não conseguiram travar a onda de construções desregradas e fora dos ângulos urbanos. “Não houve acompanhamento correspondente e calculado para se banir o alargamento dos “musseques” que registam maiores construções fora do estabelecido por lei. Os administradores, que ao longo dos anos, acima de tudo, no tempo do conflito armado, estiveram à frente das administrações municipais, não conseguiram obstruir o ímpeto de tais práticas”, disse António Moreira, tendo adiantado por outro lado, que os escolhos de habitabilidade foram provocados pelo desprezo governamental que não agenciou a afluência de todos, quer deslocados ou os encontrados nas províncias que ofereciam condições de segurança. O crescimento abruuto que o governo de Job Capapinha se propõem regular, poderá ser uma das chaves para a resolução dos inúmeros problemas que a nossa Luanda vive. Embora a situação seja o resultado da guerra que se viveu na última década, provocou de forma absoluta o crescimento das residências fora dos mapas preestabelecidos e o desconjuntamento da configuração urbana. município do Cazenga dos anos, acima de tudo, no tempo do conflito armado, estiveram à frente das administrações municipais, não conseguiram obstruir o ímpeto de tais práticas”, disse António Moreira, tendo adiantado por outro lado, que os escolhos de habitabilidade foram provocados pelo desprezo governamental que não agenciou a afluência de todos, quer deslocados ou os encontrados nas províncias que ofereciam condições de segurança.

O crescimento abruuto que o governo de Job Capapinha se propõem regular, poderá ser uma das chaves para a resolução dos inúmeros problemas que a nossa Luanda vive. Embora a situação seja o resultado da guerra que se viveu na última década, provocou de forma absoluta o crescimento das residências fora dos mapas preestabelecidos e o desconjuntamento da configuração urbana. O município do Cazenga, consta no recenseamento do governo local como o mais populoso da capital e com este facto apresenta grandes e graves problemas de saneamento básico. o quadro da acção de melhorar a imagem da cidade capital em termos urbanísticos, o Governo de Luanda apela a todos os munícipes que queiram adquirir terreno para a construção de qualquer estabelecimento, a consultar as administrações municipais para se evitar situações desagradáveis que vão desde o embargo à expropriação do terreno caso não esteja devidamente legalizado. cartilha explicativa, comporta instruções e normas referentes à aquisição de parcelas de terrenos, quem legaliza, quais

os intervenientes no processo e como edificar os seus lares e outros imóveis dentro dos parâmetros estabelecidos no âmbito da lei de urbanização de Luanda.

O projecto de ver Luanda melhor quanto às construções anárquicas, deverá ser o incentivo exequível para o combate ao lixo desgovernado que, tristemente continua amontoado por Luanda toda, sem conhecer um programa autêntico que permita a sua redução, porque pensar em acabar com o lixo continua a ser algo utópico.

6. PAZ E CIDADANIA

6.1 MPLA aborda Agenda Nacional de consenso com “G7”

Jornal de Angola...02-03-05

O líder da bancada parlamentar do MPLA, Bornito de Sousa, declarou que o seu partido está mais próximo de alcançar o consenso com as outras forças políticas e com a sociedade Civil quanto às grandes questões nacionais.

Bornito de Sousa falava ontem depois de mais um encontro de concertação com o “Grupo dos Sete” (G7) partidos políticos da oposição com, assento só na Assembleia nacional (AD-Coligação, Pajoca, PRD, PDP-ANA, PNDA, FDA e PSD). Aquele parlamentar afirmou que o diálogo tem permitido esclarecer posições, e tem sido possível discutir algumas questões que pareciam bastantes difíceis de ultrapassar Para Bornito de Sousa, o rápido alcance de posições convergentes é uma questão de patriotismo, já que os interesses em causa estão acima dos próprios partidos. São os interesses de Angola e de todos os angolanos. Durante a reunião, que durou cerca duas horas, a comitiva do MPLA, encabeçada pelo líder da sua bancada, informou o grupo dos “sete” sobre a visão do seu partido sobre a Agenda nacional de Consenso, tendo apresentado uma, proposta para debate sobre os caminhos que o país deverá trilhar para o seu desenvolvimento.

A delegação do grupo dos “sete” foi liderada por Alexandre Sebastião André, do PAJOCA, que representa o grupo na casa das leis. Fernando Kipiaca, membro do Pajoca, falou do encontro em nome dos “sete”, tendo considerado o encontro satisfatório aquele político referiu ter sido importante que no encontro se tivesse esclarecido que o entendimento do

MPLA sobre a Agenda Nacional de Consenso é o de que não é uma ideia acabada, mas unia série de propostas, que se pretende que sejam enriquecidas, com contribuições de outras forças políticas. Foi positivo termos constatado que não se trata de um documento definitivo, mas de um documento-proposta do MPLA, sujeito a contribuições de outros partidos e da sociedade civil”, disse. Fernando Kípiaca referiu que o grupo dos “sete” vai recolher subsídios dos partidos que o compõem para depois apresentá-los, mas adiantou que, no entendimento do seu grupo, a adopção de uma Agenda Nacional de Consenso não pode condicionar a realização das eleições. A proposta de pacote legislativo eleitoral foi, igualmente abordada na reunião, tendo-se feito uma apreciação genérica do mesmo. Sobre esta questão há já um acordo entre o MPLA e a oposição, no sentido de as partes indicarem técnicos para trabalharem na fusão do projecto de pacote legislativo do partido no poder coma proposta da oposição, de modo a facilitar o debate sobre as leis que deverão dar suporte legal às próximas eleições gerais em Angola.

O pacote, de propostas legislativas em posse da Assembleia Nacional desde Janeiro deste ano comporta as leis Eleitoral, dos Partidos Políticos, de Observação Eleitoral, do Código de Conduta Eleitoral, do Registo Eleitoral, do Financiamento dos Partidos Políticos e do Direito de Antena

6.2 Parlamentar propõe presença de 30% de mulheres em órgãos de decisão

Jornal de Angola...11/ 03/ 05

UMA parlamentar do MPLA propôs que uma nova lei de partidos preveja a obrigatoriedade das formações políticas terem um mínimo de trinta por cento de mulheres nos órgãos de decisão.

A proposta visa dar suporte legal à tendência internacional de compensação da fraca representatividade feminina na vida pública. Esta medida legislativa não constava do projecto de lei inicial apresentado pelo partido no poder nem no projecto da oposição, tendo sido adoptado na sequência de uma contribuição da deputada Lourdes Veiga, do MPLA. A parlamentar sugeriu que se incluisse no artigo vinte do projecto de lei (com a epígrafe “Estatutos e programas”) uma disposição que impusesse a todos os partidos a consagração expressa nos respectivos estatutos, a inclusão mínima de 30 por cento de mulheres nos órgãos de decisão.

O fundamento da opção é garantir uma presença menos díspar das mulheres nas estruturas do Estado

por imposição da referida quota aos partidos, uma vez que os partidos políticos são o meio normal de acesso a cargos governativos. Ângela Bragança que abraçou a proposta da sua colega, argumentou que a melhor maneira de assegurar a concretização do equilíbrio no género é a sua consagração em lei.

Depois de um período de discussão, em que políticos como Lindo Bernardo Tito questionaram a oportunidade de se consagrar uma tal opção legislativa na Lei dos Partidos Políticos em discussão, a proposta foi adoptada. Enquadrada no artigo vinte, a medida terá aproximadamente a seguinte redacção. “Os estatutos dos partidos políticos deverão consagrar a promoção da igualdade de oportunidades e equidade entre homens e mulheres, bem como a representação política de género não inferior a trinta por cento”

Embora seja mais aplicado para referir as mulheres que são as socialmente mais discriminadas e desfavorecida, o termo “género” designa igualmente homens, facto que foi aproveitado pelo deputado da UNITA Daniel Domingos “Maluka” para dizer, em jeito de brincadeira; que os homens terão de exigir uma representação mínima de trinta por cento no Partido Liberal Democrático, liderado – pela deputada Anália de Victória Pereira. É o unico partido liderado por uma mulher, sendo que os seus assentos no Parlamento e o seu lugar no Governo de Unidade e Reconciliação Nacional são ocupados exclusivamente por mulheres.

A deputada respondeu prontamente ao seu colega – cuja brincadeira foi retomada por mais deputados - dizendo existirem muitos homens no seu partido, que a seu tempo “poderão tornar-se mais visíveis”. A líder do PLD aproveitou a oportunidade para apelar aos seus colegas que o seu partido estava aberto àqueles que eventualmente queiram mudar de partido.

6.3 ONG italiana oferece emprego

Independente...19-03-05

Em seis meses, a ONG Italiana VIS empregou, mais de 20 jovens em parceria com o INAPEM. A sua maioria recebeu formação nas escolas da instituição. A ONG tem ainda 500 processos por atender

ONG italiana VIS Voluntariado Internacional para o Desenvolvimento - criou um projecto que tem como objectivo providenciar empregos a jovens de todas as idades com formação académica, capazes de desempenharem a função que lhes for atribuída em empresas públicas e privadas.

O director da organização, Giussepe Martino, disse, em entrevista ao “O INDEPENDENTE”, que o projecto esta empregar tanto cidadãos nacionais como com formações básica, média e superior em parceria com o INAPEM-Instituto Nacional de Pequenas e Médias Empresas. A própria organização já possui escolas que leccionam cursos como enfermagem, secretariado e outros. Durante a formação, os candidatos beneficiam de técnicas de aprendizagem sobre elaboração de curriculum, informatização de cartas de pedido de emprego e as boas formas como um trabalhador se deve apresentar no local de trabalho.

Durante os seis meses, desde que foi criado este projecto, a agremiação já recebeu mais de 500 processos entregues por jovens, todos angolanos, que nunca tinham encontrado emprego, não obstante já o terem solicitado á várias empresas e repartições públicas. Mais de vinte foram já empregados. “A maior parte dos jovens que já empregámos tiveram uma formação dada por nós e estão bem enquadrados nos locass de trabalho”, disse, satisfeito, Giussepe Marcino, de nacionalidade italiana.

De acordo com Giussepe Martino, a sua organização tem apostado nos sectores de educação e saúde, por considerá-las as bases fundamentais para o desenvolvimento de qualquer sociedade. Um dos jovens já beneficiados referiu que “graças à VIS hoje me encontro a trabalhar e a ganhar um salário digno para sustentar a minha família’.

Ele faz votos de que outros jovens que neste momento enfrentam dificuldades de emprego e que tenham os seus processos na VIS alcancem a mesma sorte. A VIS tem as suas instalações no município do Sambizanga, em Luanda.